

Ata n.º 5/2019

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 8 de maio de 2019, pelas 15:10, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Míriam Afonso Brigas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Ata da sessão anterior.**
2. **Regulamento de Avaliação de Desempenho.**
3. **Pessoal.**
4. **Distribuição de Serviço Docente.**
5. **Mestrados e Doutoramentos.**
6. **Concursos para Professor Associado e Auxiliar.**
7. **Cooperação Jurídica.**
8. **Relações Internacionais.**
9. **Outros assuntos e informações.**

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores António de Menezes Cordeiro, Miguel Teixeira de Sousa, Maria Fernanda Palma, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Morais, Ana Maria Guerra Martins, Jorge Duarte Pinheiro, Margarida Salema, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Pedro Caridade de Freitas e Lourenço Vilhena de Freitas. O Professor Paz Ferreira foi substituído pelo Professor Renato Gonçalves. O Professor Januário da Costa Gomes foi substituído pelo Professor Paulo Sousa Mendes. A Professora Helena Morão justificou a sua ausência.

1. Ponto 1 da OT (Ata da sessão anterior).

O Presidente informou que tinha sido recebida uma observação à Ata, a qual fora integrada no texto. Nada havendo a opor por parte do Conselho, foi a mesma aprovada por unanimidade.

2. Ponto 2 da OT (Regulamento da Avaliação de Desempenho).

Entrando no ponto 2, o Presidente referiu as observações recebidas pela Comissão designada pelo Conselho Científico na sequência da discussão pública do Regulamento de Avaliação de Desempenho, tendo por base o documento em anexo (Doc. n.º 1). Colocadas em debate, foram tomadas as seguintes deliberações:

Texto do Regulamento:

Artigo 5.º n.º 2: foi aprovado por unanimidade o acrescento da frase “bem como a ponderação por ele escolhida na respetiva autoavaliação”.

Artigo 13.º: foi aprovado por unanimidade com as sugestões indicadas.

Artigo 14.º: foi aprovado por unanimidade com as sugestões indicadas.

Artigo 15.º n.º 1: foi rejeitada a alteração com 3 votos a favor, 3 abstenções e 10 votos contra.

Artigo 15.º n.º 2, alínea c): foi aprovado com as sugestões indicadas, com 13 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 19.º n.º 3: não tendo sido apresentada redação alternativa, ficou aprovado na redação constante do texto apresentado.

Artigo 19.º n.º 5: foi aprovado com as sugestões indicadas, com 6 votos a favor, 3 votos contra e 7 abstenções.

Artigo 30.º: não tendo sido apresentada redação alternativa, ficou aprovado na redação constante do texto apresentado.

Anexo I.

- a) Participação em júris de provas académicas: foi aprovada a inserção do *item* “a arguição de júris de pós-doutoramento”, com a atribuição de 2 pontos; foram ainda aprovadas as sugestões indicadas neste *item*.

Anexo II.

- a) Coordenação e participação em projetos de investigação: foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes pontuações:
- a1) Coordenação de Centro de Investigação da Faculdade: 40 pontos.
- a2) Coordenação de Grupo de Investigação inserido em Centro de Investigação da Faculdade: 10 pontos.
- a3) Investigador em centro de investigação da Faculdade: 4 pontos.

Anexo IV.

a) Cargos em órgãos de gestão da UL e da FDU:

a1) Presidente do Conselho de Escola: aprovada com 14 votos a favor, 2 contra e 4 abstenções, a atribuição de 80 pontos.

a2) Presidente de Grupo Científico: aprovada por unanimidade, com a atribuição de 70 pontos.

a3) Diretor Executivo: aprovada a sua inclusão no elenco com 7 votos a favor, 3 votos contra e 3 abstenções, a atribuição de 40 pontos, exclusivamente no caso de o cargo ser ocupado por docente da Faculdade e de ter mantido o exercício da atividade docente. Sobre este ponto o Professor Miguel Moura e Silva entregou declaração de voto justificativa do seu voto contra, a qual fica anexa à ata (Doc. n.º 2).

a4) Presidente de Comissão ou Grupo de Trabalho criado por órgão da Faculdade: aprovada por unanimidade a atribuição de 20 pontos.

a5) Membro de Comissão ou Grupo de Trabalho criado por órgão da Faculdade: aprovada, por unanimidade, a atribuição de 10 pontos.

a6) Vogal de Unidade Administrativa Técnico-Científica da Faculdade: comentário retirado da proposta, pelo que não constará do projeto aprovado.

O Presidente congratulou-se pela aprovação do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. As alterações finais aprovadas no Conselho seriam introduzidas no texto final, o qual constaria com anexo à ata do Conselho, sendo igualmente enviado ao Diretor da Escola.

3. Ponto 3 da OT (Pessoal)

a. O Presidente deu conhecimento ao Conselho que a Mestre Teresa Silva Morais tinha solicitado o levantamento da suspensão do seu contrato como assistente convidada, em vigor desde que ocupara o cargo de deputada.

b. Foi comunicado ao Conselho o pedido de acumulação de funções do Professor Auxiliar Marco Capitão Ferreira, com o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Empresa Portuguesa de Defesa. O requerente manifestou disponibilidade para assegurar o serviço que lhe está distribuído até ao final do ano letivo, de modo a evitar perturbações aos alunos. Para o próximo ano letivo solicitou a continuidade no exercício das funções docentes no regime de tempo parcial (50%). O Conselho Científico nada teve a opor, desde que o enquadramento legal aplicável o permita.

c. O Presidente deu conhecimento de que o Professor João Espírito Santo Noronha, do Grupo de Ciências Jurídicas, tinha apresentado um pedido de licença sabática para o próximo ano letivo, o qual havia sido remetido ao Grupo de Ciências Jurídicas.

d. Foi lido o Relatório enviado pela Professora Helena Morão relativo ao período em que se encontrara em licença sabática (Doc. n.º 3)

4. Ponto 4 da OT (Distribuição de Serviço Docente).

a. Foi aprovada a proposta de distribuição de serviço docente para o ano letivo de 2019/2020, apresentada pelo Grupo de Ciências Jurídico-Políticas (Doc. n.º 4)

b. Foi aprovada a proposta de distribuição de serviço docente para o ano letivo de 2019/2020 apresentada pelo do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (Doc. n.º 5).

c. O Presidente chamou a atenção para a importância de os demais Grupos apresentarem também as respetivas propostas de distribuição para o ano letivo 2019/2020.

d. Considerando a licença de maternidade da Professora Sofia Henriques, foi solicitada a renovação do contrato do Dr. Diogo Tapada dos Santos como assistente convidado até 31.07.2019, cujo término estava previsto para 31 de Maio, para assumir parte das atividades letivas asseguradas pela docente referida.

A fim de a substituição poder ser integralmente realizada, foi ainda proposta a contratação como assistente convidada a 50% da Mestre Cristina Coelho, antiga docente da Faculdade, com início imediato de funções e termo em 31.7.2019. Sobre esta proposta foi lido o parecer elaborado pelo Grupo de Ciências Jurídicas (Doc. n.º 6). O Professor Jorge Duarte Pinheiro congratulou-se com o regresso à Faculdade da Mestre Cristina Coelho, referindo ainda que a mesma se tinha disponibilizado para exercer o serviço docente que fosse necessário no próximo ano letivo. Vários Conselheiros referiram o conhecimento que tinham desta antiga docente e do excelente trabalho que havia prestado na Faculdade.

5. Ponto 5 da OT (Mestrados e Doutoramentos).

Mestrados

- a. Foi aprovado o pedido de alteração de tema de dissertação de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, na Especialidade de Direito e Economia, de Allan Fuezi de Moura Barbosa (Doc. n.º 7)
- b. Foi aprovado o pedido de alteração do tema de dissertação de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, na Especialidade de Direito Intelectual, de Isabela de Sena Passau Alves (Doc. n.º 8).
- c. Foi aprovado o pedido de alteração de tema de dissertação de mestrado em Direito e Prática Jurídica, na Especialidade em Direito do Ambiente, Recursos Naturais e Energia, de Jessica Perugini Terada (Doc. n.º 9).
- d. Foi aprovada a listagem das candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica/ Designação de Orientador, no Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (Doc. n.º 10).
- e. Foi em seguida analisado o Relatório das Defesas de Mestrado e Mestrados Extintos, elaborado pela Divisão Académica (Doc. n.º 11).

O Presidente deu a palavra ao Professor Paulo Sousa Mendes para informação sobre o assunto. O Presidente da CEPG referiu que, de acordo com os dados fornecidos pela Divisão Académica, existe um número significativo de provas cuja discussão pública aguarda agendamento, situação para a qual pedia a maior atenção aos respetivos Presidentes de júri, dadas as potenciais implicações nos créditos atribuídos aos Mestrados existentes. Insistia no assunto mais uma vez, pois embora o esforço feito tivesse sido grande, a atenção não podia esmorecer, pois estava-se ainda longe de uma situação de descanso em relação aos mestrados antigos e entretanto muitos novos haviam entrado em prazo. Reconhecia que era, de facto, até certo ponto um esforço aparentemente sem fim, mas desde que os docentes mantivessem permanentemente a rotina da marcação célere, os picos de trabalho poderiam ser claramente atenuados. Um tal acompanhamento poderia evitar a necessidade de um *forcing* no final do presente ano semelhante ao do ano anterior. O Professor Menezes Cordeiro felicitou o Professor Sousa Mendes pelo trabalho realizado, no que foi acompanhado pelo Presidente, o qual reforçou a importância de o ritmo de marcação das provas de Mestrado não ser descurado.

O Professor Sousa Mendes referiu ainda que na semana anterior tinham sido entregues na Divisão Académica muitas teses de doutoramento e que a entrega continuaria em ritmo elevado pelo menos até dia 13, pelo que também a constituição dos júris destas provas precisaria de atenção redobrada, de modo a poderem vir já alguns à próxima reunião do Conselho Científico.

Doutoramentos

f. Sobre o pedido de alteração do título da tese e de Orientador requeridas pelo Mestre Alcino Saturnino, foi lido o parecer da Comissão de Estudos Pós-Graduados (Doc. n.º 12). As alterações foram aprovadas.

g. Sobre os pedidos de prorrogação do prazo da entrega da tese de Doutoramento, dos Mestres José Sarmento, Charles Martins, Heraclito Pedro e Jorge Veiga Testos, foi lido o parecer da CEPG (Doc. n.º 13). As prorrogações foram aprovadas.

h. Sobre os pedidos de prorrogação do prazo da entrega da tese de Doutoramento, dos Mestres João Caires, Vânia Costa Ramos e José Silva, foi lido o parecer da CEPG (Doc. n.º 14). As prorrogações foram aprovadas.

i. Foi aprovado o júri de Doutoramento de Rogério Telles Correia das Neves, do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (Doc. n.º 15).

j. Foi aprovada a admissão à preparação da tese de Doutoramento, com dispensa da parte escolar, da Mestre Ana Cláudia Redecker (Doc. n.º 16).

k. Foi aprovado o júri de pós-doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas de Doutor Ronaldo Chadid (Doc. n.º 17).

6. Ponto 6 da OT (Concursos para Professor Auxiliar e Associado)

O Presidente deu a palavra ao Diretor da Escola, Professor Romano Martinez, o qual informou o Conselho de que, com base num Protocolo entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e a Faculdade de Direito, era possível abrir alguns concursos públicos internacionais para pessoal docente e que dera disso conhecimento aos Grupos. Sobre o assunto, o Professor Menezes Cordeiro referiu que no sentido de aproveitar a referida possibilidade, havia sido consensualizado ente os Grupos a abertura dos seguintes concursos: Ciências Jurídicas – 2 vagas para Professor Associado; Ciências Jurídico-Económicas – 1 vaga para Professor Associado; Ciências Jurídico-Políticas – 2 vagas para Professor Associado e uma vaga para Professor

Auxiliar. O Presidente do Conselho, enquanto decano do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, referiu que o facto de não ser aberto concurso na área de Ciências Histórico-Jurídicas correspondera à ponderação das necessidades mais urgentes da Faculdade em termos globais, tendo ficado assinalado a indispensabilidade de ser tido em conta no próximo concurso que venha a ser aberto na Faculdade, a abertura de concursos para vagas neste Grupo. Foram em seguida aprovados os júris dos concursos acima referidos:

a) Ciências Jurídicas:

Doutor António Pinto Monteiro, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor Fernando Pinto Bronze Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutora Anabela de Almeida Rodrigues, Professora Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor Rui Moura Ramos, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor Germano Marques da Silva, Professor Catedrático da Escola de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa.

Doutor António Menezes Cordeiro, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutor Miguel Teixeira de Sousa, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Fernanda Palma, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutor Pedro Romano Martinez, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

b) Ciências Jurídico-Económicas:

Doutor Rui Moura Ramos, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor José Casalta Nabais, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Doutor Manuel Lopes Porto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor Rui Duarte Morais, Professor Catedrático da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa

Doutor Eduardo Paz Ferreira, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutor Fernando Borges de Araújo, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutor Vasco Pereira da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

c) Ciências Jurídico-Políticas:

Doutor Fernando Alves Correia, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor José Carlos Vieira de Andrade, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia, Professora Catedrática da Escola de Direito de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa.

Doutora Maria Lúcia da Conceição Abrantes Amaral, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Vasco Pereira da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria João do Rosário Estorninho Pereira da Silva, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Doutor Carlos Manuel de Almeida Blanco de Morais, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

7. Ponto 7 da OT (Cooperação Jurídica)

O Presidente deu a palavra ao Professor Dário Moura Vicente sobre a Cooperação, tendo o mesmo informado o Conselho que:

- a. Havia sido convidado para integrar o júri de provas públicas do candidato André Victor, para o provimento na categoria de Professor Catedrático da Universidade Agostinho Neto, convite que havia sido aceite.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

b. Tinha sido publicitado o Edital para a apresentação de manifestações de interesse na prestação de serviço como Assessor Científico da Faculdade de Direito de Bissau no ano letivo de 2019-2020.

8. Ponto 8 da OT (Relações Internacionais)

O Presidente deu a palavra ao Presidente do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, tendo o mesmo informado o Conselho que:

a. Fora assinado pelos respetivos Diretores, uma Adenda ao Acordo de Mestrado Conjunto celebrado entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Loyola University - New Orleans School of Law, mediante o qual se dispensava os estudantes portugueses do pagamento das propinas nos Estados Unidos da América, esperando deste modo tornar mais atrativo a frequência deste Mestrado de Duplo Grau para estudantes nacionais;

b. A Faculdade participara na reunião internacional da NAFSA (*Association of International Educators*), em Washington, que reúne anualmente os funcionários das Relações Internacionais de todas as Universidades norte-americanas. O Professor Vasco Pereira da Silva solicitava assim a todos os Professores, que estivessem interessados em estabelecer relações de intercâmbio académico com qualquer Universidade americana, que o transmitissem ao Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, de forma a poder aproveitar a reunião para o início de contatos bilaterais.

c. Fora publicado um folheto contendo informação em língua inglesa sobre toda a atividade internacional da Faculdade, para distribuição na reunião da NAFSA, assim como para outras reuniões futuras. A informação seria depois igualmente colocada na página da Faculdade.

d. Fora criada uma nova "entrada", relativa ao Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais na página da Faculdade, que sistematizava toda a informação acerca da atividade internacional do Gabinete.

O Presidente felicitou o Professor Vasco Pereira da Silva pelas iniciativas realizadas no âmbito das Relações Internacionais, no que foi acompanhado pelo Conselho.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

9. Ponto 9 da OT (Outros assuntos e Informações)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 16:45.
A próxima reunião ficou agendada para o dia 05 de junho de 2019.

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor J. Duarte Nogueira

A Secretária do Conselho Científico

Professora Doutora Míriam Afonso Brigas

PROJETO DE REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 74.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária (na redação do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e da Lei n.º 8/2010, de 13 de maio), os docentes estão sujeitos a um regime de avaliação do desempenho constante de regulamento a aprovar por cada instituição de ensino superior, ouvidas as organizações sindicais;

Considerando que, pelo Despacho Reitoral n.º 12292/2014, de 26 de setembro de 2014, publicado no *DR*, II Série, de 6 de outubro de 2014, foi aprovado o novo Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa (RADDUL), que se encontra em vigor desde 7 de outubro de 2014;

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do RADDUL, o mesmo deve ser regulamentado no âmbito da cada Escola da UL, pelos órgãos estatutariamente competentes, depois de ouvidas as organizações sindicais, e de colhidos pareceres dos órgãos científicos e pedagógicos da Escola;

.....

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

A avaliação do desempenho prevista no presente regulamento abrange todos os docentes da FDUL.

Artigo 2.º

Princípios aplicáveis à avaliação de desempenho

1. A avaliação do desempenho dos docentes subordina-se aos princípios gerais enunciados no artigo 74.º-A do ECDU, bem como aos princípios da universalidade, da flexibilidade, da obrigatoriedade, da previsibilidade, da transparência, da imparcialidade, e da coerência, nos termos do artigo 2.º, n.º 2, do RADDUL.

2. Nos termos do artigo 74.º-A, n.º 2, alínea o) do ECDU, à avaliação do desempenho dos docentes aplica-se o regime das garantias de imparcialidade previsto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo, com as adaptações consagradas no ECDU para matéria de concursos.

Artigo 3.º

Periodicidade

1. A avaliação do desempenho dos docentes é realizada de três em três anos, e diz respeito ao desempenho no período dos três anos civis anteriores.

2. O procedimento de avaliação tem lugar nos meses de janeiro a junho do ano imediatamente subsequente ao do período de avaliação.

3. A avaliação do desempenho dos docentes cujo contrato tenha duração inferior a três anos é feita anualmente, nos meses de janeiro a junho do ano imediatamente seguinte ao do período de avaliação.

Artigo 4.º

Procedimento geral e situações especiais

1. A avaliação do desempenho é realizada de acordo com os critérios e procedimento gerais constantes dos capítulos seguintes.

2. Nos casos em que, independentemente do motivo para tal, não for realizada a avaliação prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior, o Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes determina que a mesma tenha lugar através de ponderação curricular sumária, nos termos do disposto no artigo 27.º.

3. O Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes pode determinar que a avaliação do desempenho seja realizada mediante ponderação curricular sumária nos seguintes casos:

- a) Dos docentes referidos no n.º 3 do artigo 3.º;
- b) Dos professores convidados e assistentes convidados cuja percentagem de contratação seja inferior a 30%.

CAPÍTULO II

Da avaliação

Artigo 5.º

Vertentes da avaliação

1. A avaliação do desempenho leva em consideração as funções gerais e vertentes da atividade dos docentes universitários, bem como as respeitantes a cada categoria, nos termos dos artigos 4.º e 5.º do ECDU¹.

2. As vertentes a que se refere o número anterior são as seguintes, às quais será atribuída uma ponderação de acordo com os intervalos respetivos em razão dos princípios aplicáveis à avaliação, e considerando as responsabilidades de que o docente tenha sido incumbido, bem como a ponderação por ele escolhida na respetiva autoavaliação:

- a) Ensino: entre 40% e 60%;
- b) Investigação: entre 40% e 60%;
- c) Extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento: até 20%;
- d) Gestão universitária: até 20%.

3. A avaliação inclui a atividade do docente avaliado no âmbito das unidades administrativas técnico-científicas, responsabilidades específicas no âmbito do respetivo grupo científico, bem como toda a sua atividade no âmbito de institutos e centros de investigação, designadamente, daqueles a que se refere o Capítulo V dos Estatutos da FDUL.

Artigo 6.º

Ensino

1. A vertente de ensino diz respeito à atividade letiva, acompanhamento e orientação de estudantes, produção de material pedagógico, coordenação e participação em projetos pedagógicos, inovação e experiência profissional relevante para a atividade de ensino, tendo em conta, nomeadamente, os resultados dos inquéritos de avaliação pedagógica legalmente previstos,

¹ A avaliação do desempenho leva em consideração as funções gerais e vertentes da atividade dos docentes universitários, bem como as respeitantes a cada categoria, nos termos dos artigos 4.º e 5.º do ECDU, na medida em que elas lhes tenham estado afetas no período a que se refere a avaliação (V. art. 74.º-A, n.º 2, alínea b) do ECDU (versão 2010).

participação em júris de provas académicas, e outras atividades relevantes no âmbito da organização e funcionamento do ensino na FDUL.

2. Os parâmetros que compõem a vertente de ensino e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo I ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

Artigo 7.º

Investigação

1. A vertente de investigação diz respeito à produção científica, bem como à coordenação, liderança e dinamização da atividade científica de natureza jurídica e interdisciplinar e reconhecimento pela comunidade científica.
2. Os parâmetros que compõem a vertente de investigação e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo II ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

Artigo 8.º

Extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento

1. A vertente de extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento concretiza-se em serviços à comunidade científica e à sociedade em nome da UL, da FDUL, e dos seus institutos científicos e centros de investigação.
2. A participação em comissões, grupos de trabalho ou afins será avaliada na presente vertente ou, por opção do docente avaliado, naquela que tiver mais imediata relação com o trabalho aí desenvolvido.
3. Os parâmetros que compõem a vertente de extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo III ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

Artigo 9.º

Gestão universitária

1. A vertente de gestão universitária diz respeito ao exercício de cargos em órgãos da UL, da FDUL, bem como de unidades administrativas técnico-científicas, institutos e centros de investigação, ou no âmbito dos grupos científicos.

2. A participação em comissões, grupos de trabalho ou afins será avaliada na presente vertente ou, por opção do docente avaliado, naquela que tiver mais imediata relação com o trabalho aí desenvolvido.

3. Os parâmetros que compõem a vertente de gestão universitária e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo IV ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

CAPÍTULO III

Sujeitos do procedimento de avaliação

Artigo 10.º

Sujeitos

1. São sujeitos do procedimento de avaliação de desempenho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

- a)* O docente avaliado;
- b)* Os docentes avaliadores;
- c)* O Conselho Científico;
- d)* O Conselho Pedagógico;
- e)* O Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes (CCADD).

2. No âmbito das respetivas competências estabelecidas, designadamente, nos artigos 17.º e 18.º do RADDUL, são também sujeitos do procedimento de avaliação o Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes da ULisboa, e o Reitor, ao qual compete homologar as avaliações, sem prejuízo da faculdade de delegação, bem como apreciar as reclamações e os recursos a que houver lugar, nos termos do disposto nos artigos 24.º, 25.º e 26.º daquele mesmo Regulamento.

Artigo 11.º

Docentes avaliados

1. O docente tem direito à avaliação do seu desempenho, que é considerada no seu desenvolvimento profissional, nos termos do disposto no Capítulo V.

2. O docente apresenta o seu relatório de atividades respeitante ao período de avaliação respetivo, de acordo com modelo aprovado pelo CCADD no primeiro semestre de cada período de avaliação.

3. O relatório referido no número anterior inclui, caso o avaliado o pretenda, uma componente de autoavaliação.

4. O docente participa ainda no seu processo de avaliação de desempenho nos termos do disposto no artigo 23.º.

Artigo 12.º

Docentes avaliadores

Os professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira, bem como os assistentes e demais docentes convidados de cada área científica são avaliados por professores catedráticos de carreira, designados pelo CCADD, nos termos do disposto no artigo 19.º.

Artigo 13.º

Conselho Científico²

Compete ao Conselho Científico, no âmbito do procedimento de avaliação de desempenho designar, sob proposta do Diretor, os membros do CCADD a que se refere a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 15.º.

Artigo 14.º

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico disponibiliza ao CCADD os resultados dos inquéritos de avaliação pedagógica preenchidos pelos estudantes, de acordo com a calendarização estabelecida para o procedimento de avaliação.

Artigo 15.º

² Artigo 15.º do RADDUL (“Conselho Científico e Conselho Pedagógico”)

1 – As competências próprias do Conselho Científico no processo de avaliação, nomeadamente na concretização da componente científica associada aos parâmetros de avaliação, são estabelecidas no regulamento de avaliação da Escola.

2 – A participação do Conselho Pedagógico no processo de avaliação é definida no regulamento de avaliação da Escola.

Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes (CCADD)

1. São membros do CCADD:
 - a)* O Diretor, que preside;
 - b)* O Presidente do Conselho Científico;
 - c)* O Presidente do Conselho Pedagógico;
 - d)* Quatro professores catedráticos, um de cada grupo científico, designados nos termos da alínea *a)* do artigo 13.º.
2. Compete ao CCADD:
 - a)* Fixar a calendarização do procedimento de avaliação, de acordo com o artigo 3.º;
 - b)* Designar os avaliadores, de acordo com o disposto nos artigos 19.º e 27.º;
 - c)* Preparar e conduzir o procedimento de avaliação em todos os demais aspetos, assegurando a respetiva divulgação pelos sujeitos a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º;
 - d)* Atribuir menções ou diplomas de mérito para reconhecer docentes com desempenho trienal especialmente meritório.
3. O mandato dos membros do CCADD a que se refere a alínea *d)* do n.º 1 coincide com o mandato do Diretor.
4. O CCADD tem um secretário, designado pelo Diretor.

CAPÍTULO IV

Do procedimento de avaliação

SECÇÃO I

Procedimento geral

Artigo 16.º

Fases e calendarização

1. O procedimento de avaliação do desempenho dos docentes compreende as fases constantes dos artigos seguintes.

2. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º, o CCADD fixa o calendário do procedimento de avaliação, estabelecendo o início e termo de cada uma das fases.

Artigo 17.º

Relatório

1. No início do semestre imediatamente subsequente ao termo do período de avaliação, de acordo com o calendário a fixar pelo CCADD, cada docente apresenta um relatório respeitante à sua atividade, de acordo com modelo a aprovar pelo CCADD no segundo semestre do período de avaliação.

2. O modelo de relatório referido no número anterior reflete as várias vertentes e parâmetros de avaliação da atividade do docente no período em avaliação, contemplando ainda uma dimensão de autoavaliação, para efeitos do disposto no artigo seguinte.

3. O relatório é entregue por via digital, cabendo ao CCADD disciplinar os respetivos termos.

Artigo 18.º

Autoavaliação

1. A autoavaliação tem como objetivo envolver o avaliado no procedimento de avaliação, sendo o meio através do qual aquele dá a conhecer aos avaliadores o seu projeto académico para o período de avaliação.

2. A autoavaliação não é vinculativa, mas tem que ser considerada na avaliação e na harmonização de avaliações.

3. Na sua autoavaliação, o avaliado estabelece a percentagem de dedicação a cada uma das vertentes da atividade docente, a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º, e presta toda a informação que considere relevante, dando nota das suas expectativas relativamente ao período em avaliação, nomeadamente quanto à forma como qualifica o seu desempenho nas vertentes em que será avaliado.

Artigo 19.º

Designação dos avaliadores

1. Salvo o disposto quanto à avaliação dos professores catedráticos, cada docente é avaliado por um grupo de avaliação composto por três professores catedráticos de carreira da FDUL, sendo dois da área ou grupo científico do avaliado, e o terceiro de outra área ou grupo científico.

2. A designação dos avaliadores, para cada avaliado, é feita por sorteio realizado pelo CCADD, a menos que o grupo científico ao qual pertence o avaliado não disponha de mais de dois professores catedráticos de carreira, caso em que serão esses os avaliadores da área ou grupo científico do avaliado.

3. Salvo o disposto na parte final do número anterior, o sorteio é realizado de modo a assegurar uma distribuição equitativa do número de avaliações pelos avaliadores, bem como a participação de um professor catedrático de área disciplinar do avaliado no respetivo grupo de avaliação.

4. Os professores catedráticos, de carreira ou convidados, são avaliados por quatro professores catedráticos de carreira, um de cada grupo científico, todos da FDUL, designados por sorteio nos termos dos números 2 e 3.

5. Os professores catedráticos que exerçam funções como decanos ou presidentes dos grupos científicos são avaliados por uma comissão de avaliação integrada pelo Presidente do Conselho Científico, o Diretor da Faculdade, o Presidente do Conselho Pedagógico e pelos decanos e presidentes dos restantes grupos, sempre que os cargos mencionados sejam desempenhados, também, por professores catedráticos.

6. Cada grupo de avaliação designará um relator, ao qual caberá a preparação do relatório de avaliação.

Artigo 20.º

Avaliação

1. Tendo em conta as várias vertentes de avaliação e respetivos parâmetros, os avaliadores atribuem uma classificação numérica de 0 a 100 a cada vertente, resultante da soma das pontuações atribuídas nos diferentes parâmetros; no caso de a soma das pontuações atribuídas exceder 100 pontos, será este o resultado a considerar.

2. A pontuação atribuída a cada parâmetro, nas diferentes vertentes, resulta da ponderação dos aspetos quantitativo e qualitativo do desempenho do docente.

3. Quanto ao aspeto quantitativo, considerar-se-á, designadamente:

- a) O regime de prestação de serviço (dedicação exclusiva, tempo integral, ou tempo parcial);
 - b) A categoria profissional do avaliado, na medida em que da mesma resultem limites legais às funções e tarefas que o mesmo pode desempenhar.
4. Quanto ao aspeto qualitativo, considerar-se-á, designadamente:
- c) A qualidade e inovação pedagógicas e científicas;
 - d) A atualidade e coerência da atividade desenvolvida;
 - e) A interação entre as várias vertentes, nomeadamente, entre as vertentes de ensino e investigação;
 - f) A relevância para a internacionalização da Faculdade e atividades de cooperação;
 - g) Os critérios definidos pela Faculdade para seleção e recrutamento dos docentes com o grau académico e a categoria do avaliado.
5. De acordo com o disposto no artigo seguinte, o relator aplica à média da pontuação de cada vertente a percentagem que lhe couber, obtendo a classificação numérica final pela soma dos valores das vertentes assim determinados.
6. A classificação numérica final obtida nos termos do número anterior é convertida em menção qualitativa, que expressa o resultado final da avaliação, nos termos seguintes:
- a) Excelente: entre 90 e 100;
 - b) Muito bom: entre 80 e 89;
 - c) Bom: entre 70 e 79;
 - d) Inadequado: abaixo de 70.
7. Às menções qualitativas previstas no número anterior correspondem na avaliação trienal os seguintes pontos:
- a) Excelente: 9 pontos;
 - b) Muito Bom: 6 pontos;
 - c) Bom: 3 pontos;
 - d) Inadequado: 1 ponto negativo.
8. Quando o avaliado haja beneficiado de licença sabática durante o período de avaliação, à vertente de ensino correspondente ao período de duração da licença será atribuída a mesma pontuação do ano ou semestre letivo anterior, consoante a duração da licença.

Artigo 21.º

Fichas e relatório de avaliação

1. Cada avaliador preenche uma ficha de avaliação, de acordo com modelo a aprovar pelo CCADD, por cada docente avaliado que lhe couber, na qual atribui pontuações correspondentes aos vários parâmetros das diversas vertentes, formulando um conjunto de observações finais justificativas.

2. As fichas de avaliação são remetidas ao relator do grupo de avaliação respetivo, por correio eletrónico, de acordo com a calendarização fixada pelo CCADD.

3. O relator elabora um projeto de relatório de avaliação do docente avaliado, realizando, para cada pontuação de cada parâmetro, a média das correspondentes três pontuações atribuídas por cada avaliador do grupo de avaliação.

4. Na avaliação dos professores catedráticos, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 19.º, às pontuações atribuídas pelo avaliador pertencente ao grupo científico do avaliado é aplicado um fator de majoração a determinar pelo CCADD no âmbito dos critérios de harmonização, de acordo com o disposto no artigo 22.º.

5. O relator elabora uma proposta de fundamentação geral para avaliação do docente, a incluir no projeto de relatório de avaliação, com base nas observações constantes das fichas de avaliação.

6. O projeto de relatório é aprovado pelo grupo de avaliação, através de comunicações eletrónicas entre os respetivos membros, sendo remetido ao CCADD, de acordo com a calendarização por este estabelecida.

7. Se o docente avaliado for Pró-Reitor, o CCADD remete o correspondente relatório ao Reitor para se pronunciar sobre o mesmo e avaliar o desempenho dessa função.

Artigo 22.º

Harmonização

1. Recebidos os relatórios de avaliação pelo CCADD, este procede, se necessário, à harmonização das avaliações, tendo em vista um justificado equilíbrio da distribuição dos resultados, assegurando a diferenciação do desempenho.

2. Os critérios adotados para a harmonização referida no número anterior são aprovados e publicitados pelo CCADD antes do início do procedimento de avaliação.

Artigo 23.º

Notificação e audiência prévia

1. Concluída a harmonização a que se refere o artigo anterior, o CCADD notifica cada avaliado do respectivo relatório de avaliação, bem como de qualquer ajuste à avaliação ali proposta em resultado da referida harmonização, quando seja caso disso, dando conhecimento aos avaliadores.

2. O docente avaliado dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a avaliação proposta, podendo formular as observações que entenda justificadas.

Artigo 24.º

Avaliação final

1. Caso o avaliado se pronuncie em sede de audiência prévia, o CCADD remete a respectiva pronúncia ao relator, no prazo de 5 dias úteis, o qual deve promover a apreciação da mesma pelos restantes avaliadores, de modo a que, num prazo de 10 dias úteis, seja submetida ao CCADD uma proposta de avaliação final.

2. Recebidas as propostas referidas no número anterior, o CCADD remete-as, juntamente com as demais sobre as quais os avaliados não se tenham pronunciado em sede de audiência prévia, ao Reitor ou ao órgão competência delegada, para efeitos de homologação.

Artigo 25.º

Homologação

1. O Reitor, ou o órgão com competência delegada, homologa as avaliações no prazo de 30 dias úteis, nos termos do disposto no artigo 24.º do RADUL.

2. Caso o Reitor, ou o órgão com competência delegada, recuse fundamentadamente a homologação da avaliação, o respectivo processo é devolvido ao CCADD, que deverá então proceder nos termos do n.º 1 do artigo anterior.

3. Caso seja mantida a avaliação anterior, o Reitor, ou o órgão com competência delegada, após audição do CCADD, pode atribuir nova menção qualitativa e respetiva quantificação, fundamentando a decisão.

Artigo 26.º

Garantias

1. No prazo de 15 dias úteis a contar da notificação da homologação da sua avaliação, pode o docente avaliado reclamar da mesma, solicitando fundamentadamente a respetiva modificação.

2. A decisão da reclamação é proferida no prazo de 15 dias úteis, sendo previamente ouvido o CCADD, quando não seja este o órgão com competência delegada para a homologação.

3. Quando a competência para a homologação se encontre delegada, da mesma cabe recurso para o Reitor, assim como da decisão da reclamação prevista nos números anteriores, no prazo de 10 dias úteis a contar da respetiva notificação, seguindo-se os termos gerais do Código do Procedimento Administrativo.

4. O docente avaliado tem direito à impugnação judicial da avaliação nos termos gerais.

SECÇÃO II

Avaliação por ponderação curricular sumária

Artigo 27.º

Avaliação por ponderação curricular sumária

1. A avaliação por ponderação curricular consiste numa apreciação sumária do currículo do docente, circunscrita ao período em avaliação, nas vertentes de ensino, investigação, extensão universitária e gestão universitária, de acordo com os critérios fixados pelo CCADD e demais regras regulamentares aplicáveis.

2. A avaliação por ponderação curricular é realizada por dois avaliadores, designados pelo CCADD.

3. O currículo do docente avaliado deve ser acompanhado pela documentação relevante para fundamentar a proposta de avaliação.

4. A ponderação curricular é expressa através de uma valoração que respeite a escala de avaliação definida no presente regulamento, bem como as regras relativas à diferenciação do desempenho.

CAPÍTULO V

Efeitos da avaliação do desempenho

Artigo 28.º

Efeitos da avaliação

1. A avaliação do desempenho dos docentes é obrigatoriamente considerada para efeitos de:

- a) Contratação por tempo indeterminado dos professores auxiliares;
- b) Renovação dos contratos a termo certo para docentes não integrados na carreira;
- c) Alteração do posicionamento remuneratório dos docentes de carreira.

2. A alteração do posicionamento remuneratório decorre nos termos previstos no artigo 28.º do RADDUL.

3. Em caso de avaliação como inadequado do desempenho durante um período de seis anos seguidos, é aplicável o regime geral fixado no estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 29.º

Aplicação no tempo

O disposto no presente Regulamento será aplicado pela primeira vez à avaliação de desempenho correspondente ao triénio 2019-2021, sendo utilizado como método auxiliar na ponderação curricular constante do artigo 6.º do RADDUL para a avaliação do desempenho em períodos anteriores.

Artigo 30.º

Avaliações dos anos 2004 a 2018

No prazo de 30 dias úteis após a entrada em vigor do presente regulamento, o CCADD procederá à notificação aos docentes avaliados da respetiva classificação relativamente ao desempenho nos anos de 2004 a 2018 nos termos do disposto no RADDUL.

ANEXO I

Vertente de ensino

PARÂMETROS E CRITÉRIOS

PARÂMETROS	CRITÉRIOS	PONTOS
Atividade letiva ³	Lecionação de aulas práticas no curso de licenciatura (1.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de licenciatura (1.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (2.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (2.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de Doutorado (3.º ciclo)	0,1
	Lecionação de aulas de Pós-graduações organizadas pela FDUL ou pelos institutos a ela associados, incluindo cursos intensivos Erasmus	0,1
	Qualquer das atividades letivas anteriores desenvolvida em instituições de ensino superior estrangeiras no âmbito de protocolos de cooperação com a FDUL	0,1
Acompanhamento e orientação de estudantes	Orientação com aprovação de doutoramento	3
	Co-orientação com aprovação de doutoramento	1,5
	Orientação com aprovação de pós-doutoramento	1
	Orientação com aprovação de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	1 ⁴
	Orientação com aprovação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica	0,5 ⁵
	Orientação com sucesso (participação em finais nacionais, regionais e rondas finais) de estudantes para competições nacionais e internacionais (<i>moot courts</i> e afins)	0,5
Produção de material pedagógico	Manual pedagógico / Lições em área relevante para o ensino do Direito, publicado por editora nacional ou internacional	30 ⁶
	Coletâneas de casos práticos e outros elementos de apoio aos alunos	10
	Coletâneas de legislação, jurisprudência e afins	10
Participação em júris de provas académicas	Participação em júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica	0,5
	Arguição em provas de Mestrado em Direito e Prática Jurídica	1
	Participação em júris de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	1
	Arguição em provas de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	2
	Participação em júris de Doutorado	3
	Arguição em provas de Doutorado	6
	Participação em júris de provas de Agregação	3
	Arguição em provas de Agregação	6
	Participação em júris de Pós-doutoramento	1
Arguição em provas de Pós-doutoramento	2	

³ Valor a multiplicar pelas horas de aulas anuais de acordo com a distribuição de serviço docente e até ao limite de 25 pontos por ano. As aulas lecionadas em língua estrangeira têm uma bonificação de 0,05 pontos por hora de aula.

⁴ Pontos a atribuir por tese até ao limite de 5 pontos/ano (5 orientações com aprovação/ano).

⁵ Pontos a atribuir por tese até ao limite de 5 pontos/ano (10 orientações com aprovação/ano).

⁶ Avaliação qualitativa: Excelente 30 pontos x (0,9 a 1); Muito Bom 30 pontos x (0,8 a 0,89); Bom 30 pontos x (0,7 a 0,79); Suficiente 30 pontos x (0,5 a 0,69); Inadequado: 0 pontos.

Coordenação e participação em projetos pedagógicos	Coordenação de programas de Doutoramento	4
	Coordenação de programas de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	3
	Coordenação de programas de Mestrado em Direito e Prática Jurídica	3
	Coordenação de unidade curricular	3
	Coordenação de curso pós-graduado	3
	Participação em comissões / projetos de natureza pedagógica (e.g., autoavaliação; reforma curricular; revisão dos regulamentos de avaliação)	3
Inovação e experiência profissional relevante para a atividade de ensino	Cursos de valorização pedagógica	2
	Cursos e seminários de valorização científica no estrangeiro	3
	Cursos e seminários de valorização científica em Portugal	2
	Projetos de inovação pedagógica (e.g., participação em jornadas pedagógicas)	2
	Utilização da plataforma e-learning da FDUL (criação e atualização de uma página por cadeira lecionada)	1 ⁷

⁷ Um ponto por cadeira com página e-learning criada e atualizada anualmente.

ANEXO II

Vertente de investigação

PARÂMETROS E CRITÉRIOS

PARÂMETROS	CRITÉRIOS	PONTOS
<u>Publicações</u>	Livros em editoras internacionais de referência	35 ⁸
	Livros em editoras nacionais de referência	30 ⁹
	Organização de livros em editoras internacionais de referência	20
	Organização de livros em editoras nacionais de referência	15
	Artigos publicados em revistas internacionais de referência com <i>peer review</i>	20
	Artigos publicados em revistas nacionais de referência com <i>peer review</i>	15
	Artigos publicados por convite ou em outras revistas nacionais ou internacionais	8
	Capítulos de livros em editoras internacionais de referência ¹⁰	15
	Capítulos de livros em editoras nacionais de referência ¹¹	10
	Comentário / anotação de legislação e jurisprudência publicados em revistas nacionais ou internacionais de referência	3
	Recensões publicadas em revistas nacionais ou internacionais de referência	3
<u>Coordenação e participação em projetos de investigação</u>	Coordenação de centro de investigação da FDUL	40
	Coordenação de grupo de investigação inserido em centro de investigação da FDUL	10
	Investigador em centro de investigação da FDUL	4
	Coordenação de projeto internacional financiado por agência nacional ou internacional	40
	Coordenação de projeto nacional financiado por agência nacional ou internacional	30
	Participação em projeto internacional financiado por agência nacional ou internacional	5
	Coordenação de projeto financiado por organização privada	5
	Participação em projeto financiado por organização privada	2
	Candidaturas a projeto financiado por agência nacional ou internacional	5
	Coordenação de projeto por contrato	2
<u>Coordenação, liderança e dinamização da atividade científica e reconhecimento pela comunidade científica</u>	Editor / Membro da Comissão de Redação de revista internacional de referência com <i>peer review</i>	20
	Editor / Membro da Comissão de Redação de revista internacional de referência com <i>peer review</i>	10
	Editor / Membro da Comissão de Redação de outra revista nacional ou internacional	5
	Membro do Conselho Científico de revista internacional de referência com <i>peer review</i>	10

⁸ Avaliação qualitativa: Excelente 35 pontos x (0,9 a 1); Muito Bom 35 pontos x (0,8 a 0,89); Bom 35 pontos x (0,7 a 0,79); Suficiente 35 pontos x (0,5 a 0,69); Inadequado: 0 pontos.

⁹ Avaliação qualitativa: Excelente 30 pontos x (0,9 a 1); Muito Bom 30 pontos x (0,8 a 0,89); Bom 30 pontos x (0,7 a 0,79); Suficiente 30 pontos x (0,5 a 0,69); Inadequado: 0 pontos.

¹⁰ Pontos não acumuláveis com a organização do livro.

¹¹ Pontos não acumuláveis com a organização do livro.

	Membro do Conselho Científico de revista nacional de referência com <i>peer review</i>	5
	Membro do Conselho Científico de outra revista nacional ou internacional	3
	Revisor em revista internacional de referência com <i>peer review</i>	2
	Revisor em revista nacional de referência com <i>peer review</i>	1
<u>Outras formas de reconhecimento científico</u>	Prémios científicos	10
	Quadro dirigente de sociedade científica internacional (por ano)	2
	Membro de sociedade científica internacional (por ano)	1
	Quadro dirigente de sociedade científica nacional (por ano)	1
	Membro de sociedade científica nacional (por ano)	0,5
	Participação em painel de avaliação (e.g., de bolsas nacionais ou internacionais na área do Direito; de instituições científicas na área do Direito)	2 ¹²
	Participação em júri de Doutoramento externo à FDUL	2 ¹³
	Participação em júri de Mestrado externo à FDUL	1 ¹⁴
	Comunicação em conferência ou congresso internacional	3
	Comunicação em conferência ou congresso nacional	2
	Coordenação de painel em conferência ou congresso internacional	2
	Coordenação de painel em conferência ou congresso nacional	1

¹² Máximo de 10 pontos/triénio.

¹³ Máximo de 10 pontos/triénio.

¹⁴ Máximo de 10 pontos/triénio.

ANEXO III

Vertente de extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento

PARÂMETROS E CRITÉRIOS

PARÂMETROS	CRITÉRIOS	PONTOS
<u>Extensão universitária</u>	Autoria de parecer do Gabinete de Consultoria Jurídica	10
	Co-autoria de parecer do Gabinete de Consultoria Jurídica	5
	Prestação de serviços em nome da FDUL ou da UL (e.g., participação em comissões ou grupos de trabalho de reforma legislativa, judicial ou administrativa; participação em júris de concursos não académicos)	5
	Ações de formação profissional em nome da FDUL ou da UL	0,1 ¹⁵
	Representação da FDUL em instituições externas	5
	Participação em audições da Assembleia da República sobre propostas e projetos legislativos e outras questões de natureza jurídica	5
<u>Divulgação cultural e científica</u>	Conferências e palestras de divulgação científica	3
	Presidência da organização de congresso de sociedade científica internacional	30
	Membro da organização de congresso de sociedade científica internacional	10
	Presidência da organização de congresso de sociedade científica internacional	10
	Membro da organização de congresso de sociedade científica internacional	5
	Livros de divulgação científica	5
	Artigos de divulgação científica em revistas nacionais e internacionais de referência	2
<u>Valorização social e económica do conhecimento</u>	Participação nos media como docente da FDUL	3 ¹⁶

¹⁵ Valor a multiplicar pelo número de horas da ação de formação a cargo do docente avaliado.

¹⁶ Máximo de 9 pontos/ano

ANEXO IV

Vertente de gestão universitária

PARÂMETROS E CRITÉRIOS

PARÂMETROS	CRITÉRIOS	PONTOS
<u>Cargos em órgãos de gestão da UL e da FDUL</u>	Pró-Reitor da Universidade de Lisboa	100
	Diretor da FDUL	100
	Subdiretor da FDUL	60
	Presidente do Conselho de Escola	80
	Presidente do Conselho Científico	80
	Presidente do Conselho Pedagógico	80
	Membro eleito do Conselho de Escola	20
	Membro eleito do Conselho Científico	40
	Membro eleito do Conselho Pedagógico	40
	Membro eleito do Conselho Académico	20
	Presidente de grupo científico	70
	Coordenador de ciclo de estudos	60
	Membro de órgão da Universidade de Lisboa	60
	Diretor Executivo	40
	Secretário de órgão da FDUL	20
	Presidente de comissão ou grupo de trabalho criado por órgão da FDUL	20
	Membro de comissão ou grupo de trabalho criado por órgão da FDUL	10
	Presidente de unidade administrativa técnico-científica da FDUL	60
Vice-Presidente de unidade administrativa técnico-científica da FDUL	40	
Vogal de unidade administrativa técnico-científica da FDUL	10	
<u>Instituições científicas e culturais</u>	Cargos e funções em outras instituições em representação da UL / FDUL ou do País	20
<u>Institutos associados à FDUL</u>	Presidente	50
	Vice-Presidente	30
	Vogal	20
	Secretário	20

Reunião do Conselho Científico de 08.05.2019**Declaração de Voto****Professor Miguel Moura e Silva**

"Votei contra a inclusão no anexo IV do cargo de Diretor Executivo, uma vez que entendo que só podem ser tidos em conta, para efeito de avaliação de docentes, os cargos de gestão académica que sejam obrigatoriamente exercidos por docentes. Tal não é o caso do cargo de Diretor Executivo. Considero errado subverter este princípio em função do facto de o cargo ser atualmente ocupado por um docente. Mais acresce que, salvo melhor opinião, tal leva a que o atual titular do cargo seja duplamente avaliado: enquanto docente e enquanto diretor executivo."

Relatório sobre Licença Sabática

Nos termos do n.º 4 do artigo 77.º do ECDU, informo o Conselho Científico de que, durante a licença sabática do segundo semestre do ano lectivo 2017-18, realizei os seguintes trabalhos de investigação:

a) Elaboração de um projecto científico e pedagógico sobre os conteúdos, métodos de ensino e bibliografia de uma disciplina da área das Ciências Jurídico-Criminais, a apresentar em futuro concurso para Professor Associado;

b) Elaboração de um livro sobre direito ao recurso em matéria penal, que consubstancia o desenvolvimento científico do projecto referido na alínea a) e com publicação prevista para o primeiro semestre do ano lectivo 2019-20;

c) Redacção de artigos de análise crítica de jurisprudência recente sobre o tema do direito ao recurso em matéria penal:

i) “Whenever yet was your appeal denied?” – Sobre o direito do arguido ao recurso de decisões de recurso”, aceite para publicação no n.º 4/2018 da *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*;

ii) “Sem apelo nem agravo – Sobre o direito ao recurso em matéria de facto em caso de primeira condenação em segunda instância”, aceite para publicação num dos números de 2019 da *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*.

6 de Maio de 2019,



(HELENA MORÃO)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE
CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS
2019/2020

VERSÃO 12-04-2019

1.º CICLO

LICENCIATURA EM DIREITO

1.º Ano

Unidades curriculares obrigatórias

101-Introdução ao Estudo do Direito I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Nogueira de Brito
Colaboradores	Miguel Nogueira de Brito (2 subturmas) Sara Azevedo (2 subturmas) Jorge Silva Sampaio (2 subturmas)

201-Introdução ao Estudo do Direito II – Noite – 6 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Nogueira de Brito
Colaboradores	Miguel Nogueira de Brito (1 subturma) Sara Azevedo (2 subturmas) Jorge Silva Sampaio (2 subturmas) Assistente convidado (1 subturma)

107-Direito Constitucional I – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	Pedro Sánchez (3 subturmas) Ricardo Branco (1 subturma) Pedro Lomba (3 subturmas)

207-Direito Constitucional II – Dia A – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	Pedro Sánchez (3 subturmas) Ricardo Branco (1 subturma) Pedro Lomba (3 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

107-Direito Constitucional I – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Carlos Blanco de Morais
Colaboradores	Mafalda Serrasqueiro (3 subturmas) Mariana Melo Egídio (3 subturmas) Tiago de Freitas (1 subturma)

207-Direito Constitucional II – Dia B – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Carlos Blanco de Morais
Colaboradores	Mafalda Serrasqueiro (3 subturmas) Mariana Melo Egídio (3 subturmas) Tiago de Freitas (1 subturma)

107-Direito Constitucional I – Dia C – 8 subturmas – S.1.	
Regente	Jorge Reis Novais
Colaboradores	Raquel Castro (3 subturmas) Gonçalo Fabião (3 subturmas) Pedro Delgado Alves (2 subturmas)

207-Direito Constitucional II – Dia C – 8 subturmas – S.2.	
Regente	Jorge Reis Novais
Colaboradores	Raquel Castro (3 subturmas) Gonçalo Fabião (3 subturmas) Pedro Delgado Alves (2 subturmas)

107-Direito Constitucional I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Luís Pereira Coutinho
Colaboradores	Kafft Kosta (2 subturmas) Gonçalo Carrilho (2 subturmas) Marco Caldeira (1 subturma) Diogo Calado (1 subturma)

207-Direito Constitucional II – Noite – 6 subturmas – S.2.	
Regente	Luís Pereira Coutinho
Colaboradores	Kafft Kosta (2 subturmas) Gonçalo Carrilho (2 subturmas) Marco Caldeira (1 subturma) Diogo Calado (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Filosofia do Direito – S.2. Teóricas: David Duarte / Colaborador: Pedro Moniz Lopes
(2 subturmas)

2.º Ano

Unidades curriculares obrigatórias

106 - Direito Administrativo I – Dia A – 9 subturmas – S.1.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	Domingos Farinho (1 subturma) João Tiago Silveira (3 subturmas) Mafalda Carmona (3 subturmas) Miguel Prata Roque (2 subturmas)

206 - Direito Administrativo II – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	Domingos Farinho (1 subturma) João Tiago Silveira (3 subturmas) Mafalda Carmona (3 subturmas) Sara Matos (2 subturmas)

106 - Direito Administrativo I – Dia B – 7 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.	
Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Domingos Farinho (2 subturmas) Ana Gouveia Martins (2 subturmas) Francisco Paes Marques (3 subturmas + 1 inglês)

206 - Direito Administrativo II – Dia B – 7 subturmas + 1 subturma em inglês – S.2.	
Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Domingos Farinho (2 subturmas) Ana Gouveia Martins (2 subturmas) Francisco Paes Marques (2 subturmas + 1 inglês) Jorge Pação (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

106 - Direito Administrativo I – Noite – 5 subturmas – S.1.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Ana Neves (2 subturmas) Sandra Lopes Luís (2 subturmas) Jorge Pação (1 subturma)

206 - Direito Administrativo II – Noite – 5 subturmas – S.2.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Ana Neves (2 subturmas) Sandra Lopes Luís (2 subturmas) Jorge Pação (1 subturma)

114 - Direito Internacional Público – Dia A – 8 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.	
Regente	Carlos Blanco de Morais
Colaboradores	Lourenço Vilhena de Freitas (1 subturma em inglês) Ana Fouto (1 subturma) Afonso Brás (3 subturmas) Diogo Santana Lopes (3 subturmas) Rita Curro (1 subturma)

114-Direito Internacional Público – Dia B – 7 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.	
Regente	Maria Luísa Duarte
Colaboradores	Jaime Valle (1 subturma + 1 subturma em inglês) Cláudia Monge (3 subturmas) Afonso Brás (1 subturma) Joana Loureiro (2 subturmas)

114 - Direito Internacional Público – Noite – 5 subturmas – S.1.	
Regente	Ana Guerra Martins
Colaboradores	Diogo Calado (2 subturmas) Heloísa Oliveira (2 subturmas) Assistente convidado (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

251 - Direito da União Europeia – Dia B – 8 subturmas + 1 subturma em inglês – S.2.	
Regente	Maria Luísa Duarte
Colaboradores	Cláudia Monge (2 subturmas) Afonso Brás (1 subturma + 1 subturma em inglês) Cecília Anacoreta Correia (3 subturmas) Sara Matos (2 subturmas)

251 - Direito da União Europeia – Noite – 5 subturmas – S.2.	
Regente	Ana Guerra Martins
Colaboradores	David Pratas Brito (2 subturmas) Rita Curro (2 subturmas) Hong Cheng Leong (1 subturma)

Unidades curriculares opcionais

143-Ciência Política – Dia A – 3 subturmas – S.1.	
Regente	Luís Pereira Coutinho
Colaboradores	Luís Pereira Coutinho (1 subturma) Ricardo Branco (2 subturmas)

143-Ciência Política – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Luís Pereira Coutinho
Colaboradores	Mafalda Carmona (1 subturma) Assistente convidado (1 subturma)

143-Ciência Política – Noite – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Prata Roque
Colaboradores	Assistente convidado (2 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

3.º Ano

Unidades curriculares opcionais

306-Direito Administrativo III – Dia A – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Sara Matos (2 subturmas)

306-Direito Administrativo III – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Ana Gouveia Martins (2 subturmas)

306-Direito Administrativo III – Noite – 3 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Assis Raimundo
Colaboradores	Miguel Assis Raimundo (1 subturma) Marco Caldeira (2 subturmas)

157-Direito do Urbanismo – Dia A – 1 subturma – S.2.	
Regente	João Miranda
Colaboradores	João Miranda (1 subturma)

157-Direito do Urbanismo – Dia B – 1 subturmas – S.1.	
Regente	João Miranda
Colaboradores	João Miranda (1 subturma)

157-Direito do Urbanismo – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Lourenço Vilhena de Freitas
Colaboradores	Diogo Calado (2 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

4.º Ano

Unidades curriculares obrigatórias

282-Contencioso Administrativo e Tributário – Dia – 12 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.

Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Miguel Assis Raimundo (2 subturmas + 1 subturma em inglês) David Pratas Brito (3 subturmas) Rita Curro (2 subturmas) José Duarte Coimbra (2 subturmas) Tiago Serrão (3 subturmas)

282-Contencioso Administrativo e Tributário – Noite – 5 subturmas – S.2.

Regente	Carla Amado Gomes
Colaboradores	Carla Amado Gomes (1 subturma) Hong Cheng Leong (2 subturmas) Tiago Serrão (2 subturmas)

138-Direitos Fundamentais – Dia – 12 subturmas – S.2.

Regente	Jorge Reis Novais
Colaboradores	Domingos Farinho (1 subturma) Cláudia Monge (2 subturmas) Pedro Moniz Lopes (2 subturmas) Pedro Lomba (2 subturmas) Diogo Santana Lopes (2 subturmas) Heloísa Oliveira (3 subturmas)

138-Direitos Fundamentais – Noite – 4 subturmas – S.1.

Regente	David Duarte
Colaboradores	Pedro Moniz Lopes (2 subturmas) Assistente convidado (2 subturmas)

Unidades curriculares opcionais

263-Direito do Contencioso da União Europeia – Dia – 4 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.

Regente	Maria Luísa Duarte
Colaboradores	Rui Tavares Lanceiro (1 subturma + 1 subturma em inglês) Cecília Anacoreta Correia (3 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

263-Direito do Contencioso da União Europeia – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Maria José Rangel de Mesquita
Colaboradores	Tiago de Freitas (1 subturma)

268 - Direito do Ambiente – Dia – 4 subturmas + 1 subturma em inglês – S.2.	
Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Rui Tavares Lanceiro (1 subturma em inglês) José Duarte Coimbra (4 subturmas)

268 - Direito do Ambiente – Noite – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Carla Amado Gomes
Colaboradores	Carla Amado Gomes (1 subturma) Hong Cheng Leong (1 subturma)

314 - Direito Internacional Público II – Dia – 3 subturmas – S.1.	
Regente	Ana Guerra Martins
Colaboradores	Ana Soares Pinto (1 subturma) Joana Sousa Loureiro (2 subturmas)

314-Direito Internacional Público II – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Fernando Lourciro Bastos
Colaboradores	Fernando Lourciro Bastos (1 subturma)

258-Justiça Constitucional – Dia – 1 subturma	
Regente	Margarida Salema
Colaboradores	Margarida Salema (1 subturma)

258-Justiça Constitucional – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Jaime Valle
Colaboradores	Tiago de Freitas (2 subturmas)

310 - Proteção Internacional dos Direitos do Homem – Dia – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Ana Guerra Martins
Colaboradores	Ana Soares Pinto (2 subturmas) Diogo Santana Lopes (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

310 - Proteção Internacional dos Direitos do Homem – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Vitalino Canas
Colaboradores	Assistente convidado (1 subturma)

LICENCIATURA EM ESTUDOS EUROPEUS¹

Relações Internacionais – Dia – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Ana Soares Pinto
Colaboradores	Ana Soares Pinto (1 subturma) Assistente convidado (1 subturma)

Direito Internacional Público – Dia – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Eduardo Correia Baptista
Colaboradores	Joana Sousa Loureiro (2 subturmas)

¹ Lecionada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

2.º CICLO

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS COMUNS A TODAS AS ESPECIALIDADES

XXX – Introdução à Metodologia de Investigação Científica I – S.1. – Dados de 2018/2019: 36+21+34 alunos	
Turma A	Kafft Kosta
Turma B	Kafft Kosta
Turma C	Sandra Lopes Luís

XXX – Introdução à Metodologia de Investigação Científica II – S.2. – Dados de 2018/2019: 36+21+34 alunos	
Turma A	Ana Soares Pinto
Turma B	Francisco Paes Marques
Turma C	Vitalino Canas

ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS

XXX – Organização Administrativa – S.1. – Dados de 2018/2019: 22 + 2 alunos	
Turma A	Ana Neves
Turma B	Lourenço Vilhena de Freitas

XXX – Políticas Públicas – S.1. – Dados de 2018/2019: 37 alunos	
Turma A	Pedro Moniz Lopes

XXX – Direito do Procedimento Administrativo – S.2. – Dados de 2018/2019: 15 + 10 alunos	
Turma A	Ana Neves
Turma B	Cláudia Monge

XXX – Direito da Contratação Pública – S.2. – Dados de 2018/2019: 24 alunos	
Turma A	Miguel Assis Raimundo
Turma B	Ana Gouveia Martins



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

XXX – Direito Administrativo dos Bens – S.1. – Dados de 2018/2019: 29 alunos	
Turma A	João Miranda
Turma B	Ana Gouveia Martins

XXX – Governança Administrativa – S.1. – Dados de 2018/2019: 29 alunos	
Turma A	Miguel Prata Roque

XXX – Direito do Urbanismo – S.2. – Dados de 2018/2019: 22 alunos	
Turma A	Claudio Monteiro

XXX – Direito das Relações Jurídicas de Emprego Público – S.2. – Dados de 2018/2019: 21 alunos	
Turma A	Ana Neves

XXX – Contencioso Administrativo e Tributário² – S.2. – Dados de 2018/2019: 44 + 9 + 6 alunos	
Turma A	Francisco Paes Marques
Turma B	Mafalda Carmona

263 – Direito do Contencioso da União Europeia³ – S.2. – Dados de 2018/2019: 5 alunos	
Turma A	Ana Soares Pinto

ESPECIALIDADE DE DIREITO DO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DA ENERGIA

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS

XXX – Direito Administrativo do Ambiente – S.1. – Dados de 2018/2019: 14 alunos	
Turma A	Rui Tavares Lanceiro

XXX – Direito da Água e dos Resíduos – S.2. – Dados de 2018/2019: 7 alunos	
Turma A	João Miranda

XXX – Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia – S.2. – Dados de 2018/2019: 8 alunos	
Turma A	Rui Tavares Lanceiro

² Unidade curricular comum à especialidade de Ciências Jurídico-Forenses.

³ Unidade curricular comum às especialidades de Direito Internacional e Relações Internacionais e de Ciências Jurídico-Forenses.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

XXX – Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis – S.1. – Dados de 2018/2019: 10 alunos	
Turma A	Ricardo Branco

XXX – Direito do Gás e do Petróleo – S.1. – Dados de 2018/2019: 17 alunos	
Turma A	Lourenço Vilhena de Freitas

ESPECIALIDADE DE DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS

0427-Relações Internacionais – S.2. – Dados de 2018/2019: 21 alunos	
Turma A	Luís Pereira Coutinho

0425-Direito das Nações Unidas – S.1. – Dados de 2018/2019: 31 + 37 alunos	
Turma A	Eduardo Correia Baptista
Turma B ⁴	Ana Soares Pinto

XXX – Direito Internacional dos Direitos Humanos – S.2. – Dados de 2018/2019: 24 + 32 alunos	
Turma A	Fernando Loureiro Bastos
Turma B	Vitalino Canas

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

0429-Direito Internacional do Mar – S.1. – Dados de 2018/2019: 18 alunos	
Turma A	Fernando Loureiro Bastos

0432-Justiça Internacional – S.1. – Dados de 2018/2019: 31 + 20 alunos	
Turma A	Maria José Rangel de Mesquita
Turma B	Margarida Salema

0430-Direito da Responsabilidade Internacional – S.2. - Dados de 2018/2019: 12 alunos	
Turma A	Eduardo Correia Baptista

0428-Direito Diplomático e Consular – S.2. – Dados de 2018/2019: 19 alunos	
---	--

⁴ Lecionada em inglês.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Turma A	Margarida Salema
---------	------------------

0431-Organizações Internacionais - S.2. – Dados de 2018/2019: 13 + 13 alunos	
Turma A	Margarida Salema
Turma B ⁵	Margarida Salema

263-Direito do Contencioso da União Europeia – S.2. - Dados de 2018/2019: 5 alunos	
Turma A	Ana Soares Pinto

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

UNIDADE CURRICULAR OBRIGATÓRIA

0258-Justiça Constitucional – S.2. – Dados de 2018/2019: 23 + 9 + 3 alunos	
Turma A	Carlos Blanco de Morais
Turma B	Jaime Valle

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

0404 - Direito da Contratação Pública – S.1. - Dados de 2018/2019: Turma da Noite	
Turma A	Pedro Sánchez

263-Direito do Contencioso da União Europeia⁶ – S.2. - Dados de 2018/2019: 5 alunos	
Turma A	Ana Soares Pinto

MESTRADO EM SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E DIREITO NO CIBERESPAÇO

XXX – Direito Constitucional da Informática – S.1.	
Turma A	Raquel Castro

⁵ Lecionada em inglês.

⁶ Unidade curricular comum às especialidades de Direito Internacional e Relações Internacionais e de Ciências Jurídico-Forenses.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

UNIDADE CURRICULAR OBRIGATÓRIA COMUM A TODAS AS ESPECIALIDADES

XXX/XXX -Metodologia de Investigação Científica – Dados de 2018/2019 80 + 65 + 70 alunos	
Turma A	Jaime Valle
Turma B	Pedro Sánchez
Turma C	Pedro Sánchez

ESPECIALIDADE DE TEORIA DO DIREITO

1256/1257-Teoria do Direito – A. – Dados de 2018/2019: 0 alunos	
Turma A	David Duarte

ESPECIALIDADE DE DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

1214/1215- Direito Institucional da União Europeia – A. – Dados de 2018/2019: 7 alunos	
Turma A	Fausto de Quadros

XXX/XXX - Contencioso da União Europeia – A. – Dados de 2018/2019: 7 alunos	
Turma A	Lourenço Vilhena de Freitas

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

1178/1179 - Ciência Política – A. – Dados de 2018/2019: 12 + 14 alunos	
Turma A	Miguel Nogueira de Brito
Turma B	Fernando Loureiro Bastos

1196/1197-Direito Constitucional – A. – Dados de 2018/2019: 5+12+13+12 alunos	
Turma A	Carlos Blanco de Moraes
Turma B	Vitalino Canas
Turma C	Ricardo Branco

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS

1194/1195-Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente – A. – Dados de 2018/2019: 20 alunos	
Turma A	Carla Amado Gomes



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

1218/1219-Direito Internacional e Europeu do Ambiente – A. – Dados de 2018/2019: 19 alunos	
Turma A	Rui Tavares Lanceiro

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS

1216/1217-Direito Internacional da Pessoa Humana – A. – Dados de 2018/2019: 28 + 17 alunos	
Turma A	Maria José Rangel Mesquita
Turma B	Eduardo Correia Baptista
Turma C	Lourenço Vilhena de Freitas

1222/1223-Direito Internacional Público – A. – Dados de 2018/2019: 13 + 9 + 12 alunos	
Turma A	Maria Luísa Duarte
Turma B	Eduardo Correia Baptista
Turma C	Jaime Valle

ESPECIALIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

1232/1233- Direitos Fundamentais – A. – Dados de 2018/2019: 17 + 15 + 22 + 14 alunos	
Turma A	Jorge Miranda
Turma B	Maria Luísa Duarte
Turma C	Ana Guerra Martins
Turma D	Jorge Reis Novais
Turma E	David Duarte

1196/1197-Direito Constitucional – A. – Dados de 2018/2019: 18 + 10 alunos	
Turma A	João Miranda
Turma B	Domingos Farinho

ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1184/1185-Direito Administrativo – A. – Dados de 2018/2019: 11 + 10 + 9 + 5 alunos	
Turma A	Paulo Otero
Turma B	Maria João Estorninho
Turma C	David Duarte
Turma D	Carla Amado Gomes

1204/1205-Direito do Contencioso Administrativo – A. – Dados de 2018/2019: 14 +	
--	--



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

12 alunos	
Turma A	Vasco Pereira da Silva
Turma B	João Tiago Silveira

ESPECIALIDADE DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1196/1197- Direito Constitucional – A. – Dados de 2018/2019: 12 + 15 alunos	
Turma A	Jorge Reis Novais
Turma B	Margarida Salema

1246/1247- Justiça Constitucional – A. – Dados de 2018/2019: 18 + 16 + 10 alunos	
Turma A	Jaime Valle
Turma B	Raquel Castro
Turma C	Rui Tavares Lanceiro
Turma D ⁷	Ricardo Branco

ESPECIALIDADE DE DIREITO MARÍTIMO E DIREITO DO MAR

XXX/XXX – Direito do Mar – A. – Nova – Dados de 2018/2019: 7 alunos	
Turma A	Fernando Loureiro Bastos

⁷ Propõe-se a criação de mais uma turma em relação às existentes em 2018/2019.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

3.º CICLO

DOUTORAMENTO EM DIREITO

UNIDADE CURRICULAR COMUM ÀS ESPECIALIDADES DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS E DE CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS

XXX/XXX -Metodologia de Investigação Científica Avançada – S.1 – Dados de 2018/2019: 28 + 31 + 23 alunos	
Turma A	Fernando Loureiro Bastos
Turma B	Kafft Kosta

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

2131/2132-Direito Constitucional – A. – Dados de 2018/2019: 9 + 5 + 7 + 6 alunos	
Turma A	Jorge Miranda
Turma B	Paulo Otero
Turma C	Vasco Pereira da Silva
Turma D	Carlos Blanco de Morais

2133/2134-Direito Administrativo – A. – Dados de 2018/2019: 23 alunos	
Turma A	Maria João Estorninho
Turma B	David Duarte
Turma C	Miguel Raimundo

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS

2135/2136-Direito da União Europeia – A. – Dados de 2018/2019: 4 alunos	
Turma A	Fausto de Quadros

2137/2138-Direito Internacional Público – A. – Dados de 2018/2019: 4 alunos	
Turma A	Ana Guerra Martins

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS PARA TODAS AS ESPECIALIDADES

2129/2130-Direitos Fundamentais – A. – Dados de 2018/2019: 8 + 12 alunos	
Turma A	Maria Luísa Duarte
Turma B	Jorge Reis Novais

XXXX/XXXX – Introdução ao Direito Público – A. – Dados de 2018/2019: 4 alunos	
Turma A	Luís Pereira Coutinho



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ESPECIALIDADE DE TEORIA DO DIREITO

1256/1257-Teoria do Direito – A. – Dados de 2018/2019: 0 alunos	
Turma A	

Direito do Território e do Urbanismo (IST/IGOT) – [Francisco Paes Marques]

Sabáticas:

- Anuais: José de Melo Alexandrino, Rui Guerra da Fonseca, Alexandre Sousa Pinheiro
- 2.º Semestre: Miguel Prata Roque



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS
ANO LETIVO 2019/2020**

**1.º CICLO
LICENCIATURA**

1.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

103-Economia I – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
103-Economia I – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
103-Economia I – Dia C – S.1. 7 subturmas – S.1.	
Regente	Rute Saraiva
103-Economia I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Patrício

Unidades curriculares opcionais

203-Economia II – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Fernando Araújo
203-Economia II – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
203-Economia II – Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
203-Economia II – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Patrício
Filosofia do Direito – Dia – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Fernando Araújo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

51-Direito da União Europeia – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira

210-Finanças Públicas – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
210-Finanças Públicas –Noite– 5 subturmas – S.2.	
Regente	Marco Capitão Ferreira

210-Finanças Públicas – Dia B – 8 subturmas – S.1.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira

3.º ano

Unidades curriculares opcionais

116-Direito da Economia – Dia A– 2 subturmas – S.1.	
Regente	Luís Morais

116-Direito da Economia – Dia B– 1 subturma – S.1.	
Regente	Paulo Alves Pardal

116-Direito da Economia – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues

116-Economia Internacional – Dia A – 4 subturmas – S.1.	
Regente	Pedro Infante Mota

116-Economia Internacional – Dia B – 1 subturma – S.1. (inglês)	
Regente	Miguel Sousa Ferro

116-Economia Internacional – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Carlos Lobo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

256-Direito dos Mercados Financeiros - Dia A - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Luís Morais

256-Direito dos Mercados Financeiros - Dia B - 3 subturmas - S.2.	
Regente	Rute Saraiva

256-Direito dos Mercados Financeiros - Noite - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Paulo Alves Pardal

134-Direito Internacional Económico - Dia A - 1 subturma - S.2.	
Regente	José Renato Gonçalves

134-Direito Internacional Económico - Dia B - 1 subturma - S.2. (inglês)	
Regente	Paulo Alves Pardal

134-Direito Internacional Económico - Noite - 1 subturma - S.2.	
Regente	Pedro Infante Mota

4.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

115-Direito Fiscal - Dia - 12 subturmas - S.1.	
Regente	Ana Paula Dourado

115-Direito Fiscal - Noite - 4 subturmas - S.1.	
Regente	Paula Rosado Pereira

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

Ana Paula Dourado

Unidades curriculares opcionais

260- União Económica e Monetária - TA - 3 subturmas - S.1.	
Regente	Renato Gonçalves
	Nazaré Costa Cabral (ing)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

260- União Económica e Monetária - Noite - 1 subturma - S.1.	
---	--

Regente	Paulo Alves Pardal
---------	--------------------

264- Direito Fiscal Internacional - TA - 2 subturmas - S.2.	
--	--

Regente	Ana Paula Dourado
---------	-------------------

260- Direito Fiscal Internacional - TAN - 1 subturma - S.2.	
--	--

Regente	Ana Paula Dourado
---------	-------------------



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CURSO DE ESTUDOS EUROPEUS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2019/2020

Direito da União Europeia - S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Economia - S. 2	
Regente	Paula Vaz Freire
Economia Internacional - S.1	
Regente	Pedro Infante Mota
União Económica e Monetária - S.2	
Regente	Paulo Alves Pardal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1ºano/ 1º semestre	
Direito e Economia	Miguel Patrício
Direito e Economia (inglês)	Paula Vaz Freire
Políticas Públicas	Guilherme W d'Oliveira Martins
Contratação Pública e Concorrência	Nuno Cunha Rodrigues
Contratação Pública e Concorrência (inglês)	Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves)	
Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Sousa Ferro)	
Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Capitão Ferreira)	
Regulação Financeira (Luís Morais)	

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1ºano/ 2º semestre	
Economia Comportamental e Direito	Rute Saraiva
Finanças Locais e Regionais	Nuno Cunha Rodrigues / Guilherme W d'Oliveira Martins
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo)	
Direito da Concorrência Avançado (Luís Morais)	
Regulação das Indústrias de Rede (Carlos Lobo)	
Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) **	
Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	

* Turma única comum à especialidade *Direito da Concorrência e da Regulação*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas* e *Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL
(turma de dia)

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL 1ºano/ 1º semestre	
Políticas Fiscais e Governação Global	Ana Paula Dourado
Harmonização Fiscal Europeia	Gustavo Courinha
Convenções de Dupla Tributação (1 turma)	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Pedro Infante Mota
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Miguel Sousa Ferro
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W d'Oliveira Martins) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Sousa Ferro) Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Costa Ferreira) Regulação Financeira (Luís Morais) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL 1ºano/ 2º semestre	
Tributação das Empresas (1 turma)	Gustavo Courinha
Tributação das Empresas (1 turma)	Carlos Lobo
Tributação das Empresas (1 turma - inglês)	Carlos Lobo
Integração Fiscal Negativa na EU	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Pedro Infante Mota
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Miguel Sousa Ferro
UCs de Opção	
Finanças Locais e Regionais (Nuno Cunha Rodrigues / Guilherme W. d'Oliveira Martins) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO*

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO 1ºano/ 1º semestre	
Introdução ao Direito da Concorrência	Miguel Sousa Ferro
Introdução ao Direito da Concorrência (inglês)	Miguel Sousa Ferro
Teoria Geral da Regulação Económica	Marco Capitão Ferreira
Regulação Financeira	Luís Morais
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W d'Oliveira Martins) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO 1ºano/ 2º semestre	
Direito da Concorrência Avançado	Luís Morais
Regulação das Indústrias de Rede	Carlos Lobo
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Economia Comportamental e Direito (Rute Saraiva) Finanças Locais e Regionais (Nuno Cunha Rodrigues/Guilherme W d'Oliveira Martins) Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) ** Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos	

Regulação e concorrência no sector da energia (Curso de mestrado de ciências jurídico-políticas) – Miguel Sousa Ferro

* Turma única comum à especialidade de *Economia e Políticas Públicas*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas e Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo (S.2) / Paula Vaz Freire (S.1 e S.2)

Direito da Concorrência – Nuno Cunha Rodrigues

Economia – Pedro Soares Martinez

Direito da Regulação – Luís Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira / Nazaré Costa Cabral

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado

Direito Fiscal Europeu – Carlos Lobo

Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota

Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira/ Nazaré Costa Cabral

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves (S.1) / Nuno Cunha Rodrigues (S.2)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOUTORAMENTO

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo (S.1 e S.2) / Paula Vaz Freire (S.1 e S.2)
Direito da Concorrência – Nuno Cunha Rodrigues
Economia – Pedro Soares Martinez
Direito da Regulação – Luis Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira / Nazaré Costa Cabral
Direito Fiscal – Ana Paula Dourado
Direito Fiscal Europeu – Carlos Lobo
Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais
Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota
Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira/ Nazaré Costa Cabral
Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves (S.1) / Nuno Cunha Rodrigues (S.2)

O Conselho Científico, reunido
de 08.05.2019 deu parecer
favorável ao solicitado
Fulvio Almeida
12.05.2019

Doc. 6

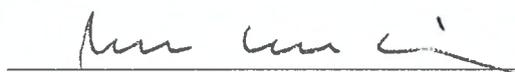
Exmo. Senhor

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor José Duarte Nogueira

Verificando-se a necessidade de prover à substituição da Prof.^a Doutora Sofia Henriques, impossibilitada de lecionar por prescrição médica, para assegurar o serviço docente em 3 subturmas de Direito das Sucessões, dia, foi dirigido convite, na qualidade de assistente convidado, a Maria Cristina Pimenta Coelho, licenciada pela FDUL, em 1983, com 15 valores, e mestre em Direito pela FDUL, em 1990, com a classificação de Muito Bom (junto curriculum)

Lisboa, 8 de maio de 2019



Prof. Doutor António Menezes Cordeiro



Prof. Doutor Pedro Romano Martinez



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 8 de maio de 2019

Doc. 7

- Pedido de alteração do tema da dissertação Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Direito e Economia

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
Allan Fuezi de Moura Barbosa (nº 52088)	20-03-2019	O combate aos cartéis nos sistemas brasileiro e europeu: a importância da prevenção da contumela lastreada na focalização de expectativas	Teoria Geral do Contrato (Anticoncorrencial) de Cartel	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Sim

Doc. 8

- Pedido de alteração do tema da dissertação Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Direito Intelectual

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
Isabela de Sena Passau Alves (nº 52088)	07-04-2019	O conceito de obra intelectual na inteligência artificial	Obras geradas por inteligência artificial e o direito de autor	Prof. Doutor José Alberto Vieira	Sim

Doc. 9

- Pedido de alteração do tema da dissertação Mestrado em Direito e Prática Jurídica - Especialidade de Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
Jessica Perugini Terada (nº 57859)	21-03-2019	Os refugiados ambientais no quadro do regime internacional das Alterações Climáticas	Deslocados climáticos e a ausência de instrumento jurídico de proteção- análise do caso prático dos pequenos estados insulares	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Sim

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
59288	Adolpho Eugenio de Oliveira Nery Filho	Uma visão histórico-jurídica da pena privativa de liberdade no direito brasileiro e sua finalidade à luz da ressocialização	Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58784	Alessandro Antonio Stefanutto	A Previdência Social e a questão Intergeracional	Domingos Miguel Soares Farinho	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
59305	Alessandro de Jesus Uchôa de Brito	As ideias de August Comte no contexto do liberalismo político: reflexos no poder e no direito do Brasil do século XIX	Susana Antas Fernandes Videira Branco	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58955	Alexandre Mendonça de Oliveira	Jurisdição constitucional e segurança social: análise crítica das experiências portuguesa e brasileira no controle das restrições ao direito de aposentadoria	Nazaré Saldanha Povoas Costa Cabral	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
14307	Ália Mohamade Amadá	Intellectual Property in the Telecommunications Industry: Standard Essential Patents, FRAND Licenses and Competition Law in the European Union	Miguel Jose Pinto Tavares Moura Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
37212	Ana Carina Marques Jardim	Os poderes de tutela e de superintendência nos Institutos Públicos	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58817	Ana Carolina de Barros França	Quando as fronteiras se tornam barreiras: uma reforma necessária no Sistema Europeu Comum de Asilo	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58875	Ana Carolina Vieira Pacheco	Discurso de Ódio por Questão de Género	Augusto Manuel Gomes Silva Dias	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58923	Ana Ellis Rios Gurgel	Patrimônio Genético Humano	António Jorge Pina Reis Novais	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
17970	Ana Filipa Carvalho Duarte	A Colaboração Premiada	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
47499	Ana Luísa Sabino Conduto	Saúde mental enquanto objeto de proteção no Direito Penal	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58965	André Fernandes da Silva	A Falta de Efetividade das Normas Constitucionais	Jaime Rui Drummond Leitao Valle	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
59299	André Luis Guimarães Godinho	Controle Disciplinar da Magistratura	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58950	André Teixeira Gurgel	Modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal: os problemas de sua previsão no ordenamento jurídico brasileiro e de sua aplicação pela Justiça Constitucional	António Jorge Pina Reis Novais	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
38608	André Vieira Ribeiro Marçalo	Cláusulas de Acção Colectiva (CACs) em Instrumentos de Dívida Pública	Eduardo Manuel Hintze Paz Ferreira	Direito e Ciência Jurídica	Direito e Economia
58967	Andrea Scaff de Paula Mota	Limites constitucionais à procriação medicamente assistida na era da tecnologia da reprodução	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58813	Andreia Gomes dos Santos	Os novos desafios do direito internacional humanitário	Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58809	Andreia Helena Robert de Oliveira	As sentenças do Tribunal Penal Internacional e o seu potencial reparador para as vítimas de violações dos direitos humanos	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
59273	Armando Dantas do Nascimento Júnior	Perspectiva histórico-jurídica da Justiça Eleitoral no Brasil e em Portugal (Uma análise jus-comparativa)	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58977	Arthur Karasawa Resti	A negociação no processo de aquisição de empresas e a responsabilidade pré-contratual. Uma análise comparada entre o Direito português e o Direito inglês	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58835	Augusta Mattos Carvalho de Andrade	A electricidade na mobilidade: inovações para a sustentabilidade	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais
59287	Aurilene Uchoa de Brito	A Corrupção no Serviço Público: estudo sobre a gestão ética do TCE/AP	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58828	Beatriz Bito de Souza	A adoção de práticas de TI Verde nas Cidades Inteligentes de Portugal	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais
49949	Belarmino Alberto Costa da Silva	O enforcement do RGPD pela CNPD	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
59009	Bernardo Monteiro Ferraz	Os critérios de imputação na responsabilidade civil objetiva	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
57881	Bettino Zanini	O direito da organização administrativa da cultura	Domingos Miguel Soares Farinho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58969	Bianca Eugênia de Medeiros Trindade	O direito fundamental a ser informado no moderno Estado Democrático	Pedro Alexandre Vicente de Araújo Lomba	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
59261	Bianca Leticia de Oliveira Tosta	Os Desafios para a Proteção dos Direitos Humanos das Mulheres Apátridas e para a Erradicação da Apatridia Originada pela Discriminação de Género	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
59035	Bruno Farias Mallmann	O dever de salvamento no contrato de seguro	Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Direito e Ciência Jurídica	Direito Bancário e dos Seguros
58912	Bruno Henrique Mendes Ribeiro	Aspectos Económicos e Implicações Jurídicas da Criptomoeda Bitcoin no Contexto Internacional	Pedro Miguel Infante Mota	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional
49599	Bruno Miguel Gomes Marques	A Tributação do Rendimento dos Grupos de Sociedades	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
59039	Bruno Miguel Gonçalves Moreira	A imposição legal de deveres aos particulares no exercício de funções administrativas	Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58746	Camila de Freitas Gondim	Direito à educação e ensino médio no Brasil: uma análise a partir da teoria da justiça social baseada nas capacidades	Susana Antas Fernandes Videira Branco	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
57889	Camila Maria de Moura Vilela	Inteligência Artificial e Direito de Patentes	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
58935	Camila Vasquez Pineiro Gomes	Proposição de aperfeiçoamento do modelo de Controle Externo constitucional brasileiro à luz da máxima eficácia do Direito Fundamental à Educação de Qualidade	Nazaré Saldanha Povoas Costa Cabral	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58964	Carlos Eduardo Barros da Silva	Análise do exercício do papel de custos legis/ombudman desenvolvido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos a partir do exame dos casos contenciosos na Corte Interamericana que estiveram sob a responsabilidade da Defensoria Pública Interamericana	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58983	Carlos Eduardo Moscoso Ferreira Lima	Mediação: avanços, desafios e perspectivas à luz do direito comparado	Miguel Fernando Pessanha Teixeira Sousa	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58914	Carmille Leal do Amaral	REGULAÇÃO DO CIBERESPAÇO: O enfrentamento do regime jurídico-constitucional de proteção dos Direitos Fundamentais perante o alcance das novas tecnologias	Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58843	Carolina Blanco Machado	Estado regulador, democracia e desenvolvimento: papel da intervenção social nas entidades reguladoras	Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira	Direito e Ciência Jurídica	Direito e Economia
58981	Carolina Naciff de Andrade Erthal	A Segurança Pública como Direito Fundamental	Vitalino José Ferreira Prova Canas	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58816	Carolina Ribeiro Alves dos Santos Rossi	A Regulamentação das Moedas Virtuais - Cryptocurrencies	Pedro Miguel Infante Mota	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58745	Caroline Dalvi Pagel Carol	As estratégias de limitação do Ativismo Judicial do STF à Luz da Separação dos Três Poderes	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58712	Caroline Pastro Klóss	Grupos de sociedades: análise do Direito Português e Brasileiro	António Manuel Barreto Espadinha de Menezes Cordeiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
49742	Catarina Emilia de Campos Prates de Oliveira	A perícia psiquiátrica e a sua valoração no Processo Penal	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
59277	Clacy Maria Santana De Souza Paiva	A Questão Migratória e as Limitações Dos Direitos Individuais em nome da Segurança Nacional: Uma Evolução Histórico-Jurídica	Pedro Miguel Martins Gonçalves Caridade de Freitas	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58979	Clarice Viana Binda	A constitucionalidade da interrupção voluntária da gravidez sob a ótica dos direitos fundamentais	António Jorge Pina Reis Novais	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58736	Claudio Siminovich	A Boa Administração Pública Intergeracional	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58870	Daniel de Lima Ferreira	O monitoramento online como método oculto de investigação nos ordenamentos brasileiro e português: uma proposta de sistematização a partir da norma alemã	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58738	Daniel Lin Santos	Monetização das externalidades negativas: a avaliação do custo do ciclo de vida sob os paradigmas da economicidade e da sustentabilidade ambiental nas contratações públicas eurocomunitárias	Maria João Rosário Estorninho Pereira Silva	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58765	Daniel Rodrigues Côte Real	A liberdade de expressão e o dever de lealdade do empregado	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
49875	Daniela Martins Pereira da Silva	A Ameaça à Integridade Territorial dos Estados - O Fenómeno dos Estados em Desaparecimento em Face do Aumento do Nível do Mar	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
59279	Danielle Quintas de Lima	DIREITO INDIGENISTA E CIDADANIA NO BRASIL: uma análise histórico-jurídica	Pedro Miguel Martins Gonçalves Caridade de Freitas	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
59003	Danilo Candido Portero	Valor extraprocessual das provas	Miguel Fernando Pessanha Teixeira Sousa	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58832	Danyelle Santos Asfora	ECOMICÍDIO : A Lógica Perversa do Mercado de Carbono	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais
58823	Débora Pontes Macedo	Direito de Autor e Sociedade da Informação	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
58938	Diego Rodrigues Alves	O tempo da Derrotabilidade	David José Peixoto Duarte	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
49120	Dinis Pinheiro Perestrelo Braz Teixeira	A Filosofia do Direito de Norberto Bobbio	José Alberto Rebelo Reis Lamego	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Filosóficas
59263	Diogo Araújo Pacheco Barbosa	Uma visão jurídica sobre o uso de blockchain na Arbitragem Internacional	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional
58982	Diogo Brito Camara Gonçalves	A função punitiva da responsabilidade civil: a imputação dos danos punitivos	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
49603	Diogo de Almeida Antunes	As obras e as invenções geradas por Inteligência Artificial	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
58862	Diogo Erthal Alves da Costa	Meios atípicos de obtenção de prova	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
59284	Edivan Silva Dos Santos	Análise histórica da fiscalização da constitucionalidade e a eficácia das decisões dos Tribunais Constitucionais em Portugal e no Brasil, para a garantia de direitos fundamentais	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58724	Ednaldo Silva Ferreira Júnior	Contratação Pública Sustentável	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58975	Elaile Silva Carvalho	Direito Fundamental de Acesso à Justiça: o uso indiscriminado do Poder Judiciário	Luis Pedro Dias Pereira Coutinho	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58986	Elizangela Divina Dias Batista	Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e exploração da floresta amazônica: análise à luz da Constituição brasileira e do Direito Internacional	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
59291	Elsonias Martins Corrêa Elson	A Origem Histórica do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e sua aplicação no Direito Constitucional Brasileiro	Pedro Miguel Martins Gonçalves Caridade de Freitas	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58861	Erick Leonel Barbosa da Silva	De Covarrubias a Frank: a imputação subjetiva como fenómeno político-criminal	Orientadora: Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves Coorientadora: Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
59285	Erick Venâncio Lima do Nascimento	Uma Reflexão sobre a Jurisprudência enquanto Fonte do Direito no Brasil e em Portugal	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58987	Evelyn Lima Freire	Desafios à Implementação do Direito à Moradia: Instrumentos Jurídicos de Integração Social	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58733	Fabiane Machado	O Neoconstitucionalismo no Estado Democrático de Direito e a Interpretação das Normas	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58709	Fábio de Godoy Penteadó	O impacto do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e da Lei Geral da Proteção de Dados (LGPD) nos programas de compliance das empresas portuguesas e brasileiras	António Manuel Barreto Espadinha de Menezes Cordeiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
58737	Felipe Moraes de Andrade	Partidos Políticos Europeus Eurocéticos: Colisão com os Valores da União Europeia	Maria Margarida Rego Costa Salema Oliveira Martins	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58873	Fernanda de Souza Delgado	O crime de corrupção - da época moderna à codificação	Orientadora: Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves Coorientadora: Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58787	Fernanda Hermeto Bueno Guilherme	Os Desafios da Responsabilidade de Proteger: da Gênese à Atualidade	Pedro Miguel Martins Gonçalves Caridade de Freitas	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58882	Fernanda Moura Muniz	Intervenção médica cirúrgica coercitiva em reclusos	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58751	Fernanda Reis Cerqueira	Políticas de gênero para equidade da representação feminina em cargos eletivos	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
59025	Fernando Borba de Castro	A justiça constitucional em John Hart Ely	Luis Pedro Dias Pereira Coutinho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
37461	Fernando Manuel Lavado Taínhas	Do PER à Insolvência: Inconstitucionalidade e Perspectivas de Adequação Formal	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
49562	Filipa da Silva Caio Simões Baeta	As limitações à auto-vinculação administrativa: o caso das entidades administrativas independentes	Paulo Manuel Cunha Costa Otero	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
59032	Filipe Nogueira Brasileiro Veras	O Direito à Moradia na Constituição Federal do Brasil	Susana Antas Fernandes Videira Branco	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58970	Filipe Rosa Chagas Francisco	O Bem Humano da Religião numa Constitucionalidade Inclusiva - Liberdade, Neutralidade e Neutralização Religiosa: Pelos Meandros da Cosmóvisão Tomista e Neocalvinista do Direito	Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58881	Francisco Rubens de Lima Júnior	Uma análise histórica do direito penal do inimigo em face dos movimentos sociais no Brasil: do "cangaço" à lei antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016)	Orientadora: Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves Coorientadora: Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58927	Franco Bet de Moraes Silva	Princípios de Interpretação Constitucional: delimitação entre os espaços do direito positivado e da política democrática	Pedro Alexandre Vicente de Araújo Lomba	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58742	Frederico Stabile Ribeiro Romaniszen	A Improbabilidade da Jurisdição Constitucional	Luis Pedro Dias Pereira Coutinho	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58814	Gabriella Poubel Portes Lima	Direitos Humanos e empresas transnacionais: uma nova perspectiva acerca do trabalho infantil	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
59012	Gabrielle da Silva Freitas	O dano da perda de chance na teoria da responsabilidade civil. Uma investigação comparada entre o direito português e brasileiro	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58834	Geraldine Lorena Santos Rodrigues Moreira	Regulação do Transporte Aéreo e o Desenvolvimento Económico	Miguel Jose Pinto Tavares Moura Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito e Economia
50607	Gil Vicente Ribeiro Cardoso da Silva	Da não conformação à conformação da realização da conduta nos artigos 15 al. a) e 14 n.º 3 do Código Penal	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58740	Giovanna Fontebassi	Combate à corrupção e (a não) garantia dos direitos fundamentais: um estudo sobre a instrumentalização política dos tribunais brasileiros e portugueses	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
23482	Gonçalo de Andrade Fabião	Direitos fundamentais como posições jurídicas: crítica à dimensão objetiva dos direitos fundamentais	Pedro Brito Veiga Moniz Lopes	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58942	Guilherme Augusto Lippi Garbin	O artigo 27º da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969: uma necessária visita a controversa relação entre o direito brasileiro e o direito internacional convencional	Jaime Rui Drummond Leitao Valle	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
59001	Guilherme Panisset Barreto Bernardes	Parâmetros mínimos para a aplicação das compensações ao Dano Morte	Maria Lurdes Viegas Marques Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58874	Gustavo de Carvalho Fonseca	A recuperação de ativos no ordenamento jurídico português: da perda clássica à actio in rem?	Augusto Manuel Gomes Silva Dias	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58730	Gustavo Meira Borges	Negócios procedimentais e consenso decisório entre órgãos da Administração Pública	Paulo Manuel Cunha Costa Otero	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
59014	Helda Lima Meireles	Ativismo Judicial, judicialização e autocontenção nas Cortes brasileira e portuguesa	José Luís Bonifácio Ramos	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
59004	Henrique Santos Selaimen da Costa	A Proteção dos Companheiros na União de Facto em uma Perspectiva Luso-Brasileira	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côte-Real	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
29668	Igor de Albuquerque Pereira Cavalcante	Globalização e Direitos Fundamentais: Desafios e impactos no Século XXI	Jorge Manuel Moura Loureiro Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58904	In Kwok	Análise Comparativa do Regime de Não Cumprimento Contratual em Portugal e na China	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional
58989	In Leng Lou	Incumprimento e o sinal no contrato-promessa na perspectiva do direito comparado Luso-Chinês	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
45565	Inês Montes Liebermann	Os Limites do Interesse Satisfatório do Credor: da Sobregarantia e da Sobresatisfação no Crédito Bancário	Manuel Januario Costa Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Bancário e dos Seguros
59023	Iok Teng Wong	A relevância da causa virtual na responsabilidade civil	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58990	Isabel Fragoso de Queiroz Carreira	Os regimes patrimoniais no casamento e na união de facto/união estável e os seus inerentes reflexos sucessórios	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côte-Real	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58754	Janicleide Marques Lima	A diversidade cultural na Teoria da Justiça: considerações sobre o tema a propósito dos povos indígenas no Brasil	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Filosóficas
58728	Jaqueline Carvalho Lopes Duarte	A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado por Erro Jurisdicional e a questão do Caso Julgado	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58945	Jefferson Lima de Souza	Globalização e alterações constitucionais	Carlos Manuel Almeida Blanco Morais	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58995	Jéssica Souza Esmeraldo	Ilícitude e responsabilidade civil no casamento e na união de facto: uma perspectiva luso-brasileira	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côte-Real	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58851	Jéssika Mayara de Oliveira Aguiar	Criminal Compliance e Lavagem de Capitais: instrumento de prevenção e de prova penal	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58941	Joana Cortez das Dores	O Princípio da Finalidade no Direito à Proteção de Dados Pessoais	Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
49542	João Paulo da Silva Couto	Da Prova do Ilícito Típico Antecedente no Branqueamento	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58867	Jônatas Martins Bezerra Neto Neto	As medidas da prova no processo penal	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58860	José Muniz Neto	DIREITO PENAL E ECONOMIA COMPORTAMENTAL: intersecções com a Teoria do Crime e o sistema de responsabilização penal individual	Augusto Manuel Gomes Silva Dias	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58952	Joyce Francielli Da Silva Pereira	Colisões de normas fundamentais - O uso generalizado de juízos de proporcionalidade e ponderação na jurisprudência brasileira	Jaime Rui Drummond Leitao Valle	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58866	Julia Acioli Pimenta	A criminalidade feminina: o tráfico de drogas sob a perspectiva de género	Augusto Manuel Gomes Silva Dias	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58958	Juliana da Paz Stabile	Boa fé da Administração e implementação de políticas públicas	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58940	Juliana de Fatima Corrêa Pestana dos Santos	Uma leitura constitucional sobre a reabilitação urbana e o alojamento local na cidade de Lisboa: direito à habitação versus direito de propriedade	Claudio Ramos Monteiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58968	Juliana de Freitas Dornelas	Sufrágio no Brasil como uma construção democrática	Susana Antas Fernandes Videira Branco	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58962	Juliana Melo de Farias	As notícias falsas nas redes sociais em campanha eleitoral: as possíveis restrições à liberdade de expressão por aplicação do princípio democrático	Maria Margarida Rego Costa Salema Oliveira Martins	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58973	Juliane Mósso Beyruth de Freitas Guimarães	O direito fundamental à convivência familiar sob uma perspectiva infanto-juvenil no contexto luso-brasileiro	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58924	Karla Jeane Matos de Carvalho	Dimensão Constitucional da Integração Supranacional	Jaime Rui Drummond Leitao Valle	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58760	Larissa Márcia de Lima Cortez Bonifácio	Análise Comparativa em Violência Contra Mulher no Ordenamento Jurídico Português e Brasileiro	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58908	Laura Zamin Salvadé	Limites subjetivos da convenção de arbitragem: extensão a partes não signatárias	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional
58725	Leticia Giovanini Garcia	O Sexo da Política: a representatividade democrática feminina no contexto luso-brasileiro	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58949	Lorena Moura Barbosa de Miranda	A eficácia horizontal aplicada à dignidade humana	David José Peixoto Duarte	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58747	Luana Oliveira Cavalcanti	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais de direitos sociais: uma visão do ativismo judicial sob a ótica da democracia representativa	Carlos Manuel Almeida Blanco Morais	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58767	Ludmilla Almeida Avatar Martins	Cedência de empregados e implicações - Comparativo entre a legislação e entendimentos em Portugal e no Brasil	Cláudia Alexandra Dos Santos Madaleno	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
58844	Luis Paulo Ferreira dos Santos	PRODUÇÃO NORMATIVA NÃO ESTATAL: Pluralismo jurídico na área econômica	Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves	Direito e Ciência Jurídica	Direito e Economia
58847	Luiz Alberto Almeida Presotto	Presunção de Inocência e Execução Provisória da Pena	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58997	Luiz Otavio Bratti	Articulação imputativa das liberalidades, em vida e por morte, na sucessão legítima	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Corte-Real	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58936	Luiza Carvalho de Moraes e Silva	Corte Constitucional Internacional: relevância e viabilidade	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
59358	Marcela Braga Da Silva Ferreira	Da Judicialização a Desjudicialização: Um Percurso Histórico - Jurídico	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58852	Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda	A ciberviolência de gênero e as diferentes intervenções penais no Direito Comparado	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
59289	Marcilene Gley dos Santos Rocha	A Justiça Itinerante Fluvial no Arquipélago do Bailique	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58919	Márcio Almeida Machado	Limites Interpretativos Implícitos da Constituição	Pedro Brito Veiga Moniz Lopes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
59041	Márcio Jorge Ferreira Guimarães	Segurança da Informação e Responsabilidade Internacional	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58776	Marcus Antônio Castro Damasceno	Modalidades atípicas do contrato de trabalho e a tendente descontinuidade das jornadas laborais	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
59268	Maria Carolina Brovini Marcondes	O problema da culpabilidade no Direito Internacional Penal: uma perspectiva filosófica	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Filosóficas
59033	Maria Catarina Justiniano	O concurso público para atribuição das concessões de distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão	Maria João Rosário Estorninho Pereira Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58768	Maria Eduarda César Fontes Carneiro	Direito à Desconexão	Silvia Isabel dos Anjos Caetano Alves	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
59024	Maria Eduarda Janotto da Fonseca	Proteção da criança em caso de desistência do processo de adoção: uma perspectiva luso-brasileira	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58710	Maria Eugenia Machado Junqueira	Arbitragem Coletiva no Direito Societário	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
58731	Maria Fernanda Borba de Araujo Lima	Multidimensionalidade das Políticas Públicas e o adensamento democrático	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58715	Maria Fernanda Santana Brito	O acesso aos dados pessoais dos servidores públicos	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58976	Maria Gabriela Oliveira Gonçalves	O plano urbanístico municipal como instrumento jurídico-público de concretização de uma cidade sustentável	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
59034	Maria João Almeida Brazão de Carvalho	Questões prejudiciais no direito processual civil	Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
49747	Maria Leonor Soares Ruivo	O seguro de grupo e suas especificidades no domínio laboral	Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
59043	Maria Teresa Tavares Tapadinhas de Carvalho Coelho	Estrutura Administrativa de Avaliação de Professores do Ensino Básico e Secundário	Domingos Miguel Soares Farinho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
59029	Mário João de Brito Fernandes	Direito do Ambiente e tutela jurídica transfronteiriça - uma perspectiva jusinternacionalista	Carlos Manuel Almeida Blanco Morais	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
59018	Mario Luis Mantovani Junior	Movimento do direito livre	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	Teoria do Direito
29660	Mário Sá Gomes	O Fenómeno do Crime Organizado na África Ocidental na Óptica do Direito Internacional	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58758	Mateus Ladeira Alkmim Bizzotto	A Reforma da Previdência Social brasileira num cenário de incertezas: da Política de Austeridade à (In)justiça Social	Nazaré Saldanha Povoas Costa Cabral	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58811	Mauricio de Souza	A nova dimensão da nacionalidade no direito internacional público	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
50094	Mayara Jade Barros de Sousa Araújo Lima	O impacto do RGPD nas relações laborais	Cláudia Alexandra Dos Santos Madaleno	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
59281	Mércia Ferreira de Souza	A Desumanização da Pena de Prisão no Sistema Penitenciário Brasileiro no Século XIX	Silvia Isabel dos Anjos Caetano Alves	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58858	Moises Macêdo Vieira	A crise do conceito do bem jurídico nos crimes contra os animais	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
59007	Monalisa de Souza Silva	A Perda de uma Chance na Responsabilidade Civil do Médico	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58921	Mônica Bubeck Stritthorst	Da Constitucionalidade do Tribunal Arbitral	Maria Margarida Rego Costa Salema Oliveira Martins	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58960	Mônica Oliveira Vidal	A violência doméstica contra a mulher: análise das medidas de prevenção e combate à violência como meio de garantia dos seus direitos fundamentais	Míriam Cláudia de Sousa Silva Afonso Brigas	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58966	Nair Martins Collares	Novas tecnologias e direitos fundamentais: direitos novos ou novas formas de exercício de velhos direitos?	David José Peixoto Duarte	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
59005	Nátali Tremori de Almeida Bueno	O Dano da Perda da Chance	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58999	Nathália Freitas Severino	Contratos com eficácia de proteção para terceiros	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58937	Nayana Almeida Alves Gonçalves	O diálogo entre o Poder Judiciário e Legislativo na interpretação e concretização da Constituição em sede de controle abstrato de constitucionalidade	Jaime Rui Drummond Leitao Valle	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58992	Nayana Lorena Araujo Santos	A tutela jurídico-sucessória na união de facto. Perspectiva jus comparativa com o direito brasileiro	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côte-Real	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
59028	Nuno Miguel Silva Dias da Costa	A prova obtida através do agente provocador	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
59002	Pablo de Souza Melo	Da (In)Aplicabilidade do Instituto do Parto Anônimo no Direito Luso-Brasileiro	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côte-Real	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58985	Palloma de Freitas Mendes Gaia	A Responsabilidade Civil e as Plataformas Digitais	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58788	Paloma Brandão Vaisman	Direitos Humanos e Empresas Transnacionais	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58820	Panmella Silva cruz	Direito de Autor e Arte Urbana	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
58839	Patrícia de Moraes Patrício	A defesa do meio ambiente nos tribunais da União Europeia	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais
58922	Patricia Freitas de Andrade	Pluralismo em Steven Smith e Alasdair MacIntyre - Uma aplicação no âmbito da Justiça Constitucional	Luis Pedro Dias Pereira Coutinho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58946	Paula Tavares de Moraes	Os Limites das Sentenças com Efeitos Aditivos no Plano Constitucional na Efeivação do Princípio da Igualdade	Jaime Rui Drummond Leitao Valle	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58826	Paulo Krauss Zucco	A tutela da estética industrial pela concorrência desleal	Luis Manuel Teles Menezes Leitão	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
59272	Pedro Carneiro Sales	Poder de polícia: um estudo sobre sua desestatização e desterritorialização	Domingos Miguel Soares Farinho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58859	Pedro Eularino Teixeira Simão	Prova indiciária no processo penal	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
49390	Pedro Gonçalo da Silva Folha Farmhouse Alberto	A Aplicação dos Direitos Fundamentais nas Redes Sociais, em especial, a liberdade de expressão	Rui Manuel Tavares Lanceiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58719	Pietro Alarcão Bortolli Raposo	A Política de Drogas e a Eficiência Administrativa: Uma Perquisição Comparativa entre Brasil, Canadá e Portugal	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58857	Polyana Sayuri Carvalho Yazaki	A interação entre o princípio do nemo tenetur se ipsum accusare e os meios de coleta, produção e apreciação de provas digitais na esfera da justiça penal	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58930	Priscila Gomes Palmeiro	O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS BRASILEIROS: falácias e verdades	Luis Pedro Dias Pereira Coutinho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
59274	Priscylla Queiroz Roque Pessoa	A Omissão Regulamentar à Luz da Ordem Jurídica Portuguesa e Brasileira	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58939	Rafaela de Quadros Ruy	As relações jurídicas entre o cidadão digital e o Estado para o exercício da democracia: um estudo de caso da Estónia	Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58822	Rafaela Schneider Fossati	A sobreposição de direitos de propriedade intelectual, especialmente no que tange à proteção do design	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
58971	Raiane Ataíde de Meneses	Mulheres imigrantes em Portugal: um olhar sobre a (não) garantia de direitos fundamentais por um recorte de género	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58972	Raissa Mahon Macedo	Os desafios da anonimização de base de dados sob a égide do RGPD	Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58957	Ramon Leite de Carvalho	Bancos de Dados Bioinformacionais para Fins Criminais: Uma Questão de Ponderação entre Direitos Fundamentais	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58756	Raphael Giulliano Larsen Santos da Silva	Corrupção e Direito Romano nas Obras do Comediógrafo Plauto	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58948	Rayane Marques Silva Macau	Da Heterovinculação Histórica da Decisão Constitucional	Paulo Manuel Cunha Costa Otero	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
50494	Renata Sarah Miranda Oliveira	Do acesso à justiça e a concretização dos princípios constitucionais através da mediação nos conflitos decorrentes da ruptura da entidade familiar	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58910	Renato Chalfin	A imprevisão nos contratos aleatórios	Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58841	Renato Fernandes de Castro	A Regulação do Transporte de Gás Natural e os Problemas Concorrenciais no Cenário Luso-Brasileiro	Maria Paula Reis Vaz Freire	Direito e Ciência Jurídica	Direito e Economia
49490	Renato Jorge Marafuz Semedo	A Concretização da Natureza Territorial de Normas de Direito Fiscal Internacional	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
58812	Rianne Gastaldo Ruviano	Os direitos humanos das mulheres e a prostituição	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58909	Ricardo Cysneiros de Magalhães	A participação econômica, política e jurídica do Brasil na Organização Mundial do Comércio	Pedro Miguel Infante Mota	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional
58900	Ricardo Paranhos de Santana	A Fraude no IVA e o Regime Definitivo sob a Perspectiva Portuguesa	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
49814	Rita Patrícia Girão Romão Curro	A Arbitragem Administrativa de Atos Pré-Contratuais	Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
59298	Roberto Martins Costa	Proibição de terceiros nos direitos económicos do atleta de futebol: Retrocesso ou avanço na perspectiva da livre concorrência	Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58883	Rodolpho Carvalho Florindo de Freitas	Do Dano Biológico	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58880	Rodrigo Cerqueira de Miranda	Conteúdo, Eficácia e Efetividade do Princípio da Integralidade no Acesso à Saúde Pública no Brasil	Nazaré Saldanha Povoas Costa Cabral	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
58879	Rodrigo de Figueiredo Guimarães	O Ministério Público como Instituição de Garantia Protegida pela Cláusula Pétreia	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58878	Rodrigo Faria de Sousa	O direito ao esquecimento e a tutela da personalidade	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58821	Rose Marie Rocha da Cunha	O uso dos smart contracts para gerir direitos patrimoniais de autor de obras musicais	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
49650	Ruben Miguel Alves da Silva	Auxílios de Estado Regionais e a Tributação Direta	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
49962	Rui Filipe Oliveira Alves	Distinção entre a ética da atitude e da responsabilidade e a sua relação com a culpa penal	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58739	Ruy Nestor Bastos Mello	Teoria geral da elegibilidade e da inelegibilidade no Brasil	Vitalino José Ferreira Prova Canas	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58831	Samira Rosher Da Nascimento	O poder discricionário da Administração nos atos de regularização dos estrangeiros e o seu controle jurisdicional	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
49651	Soraia Cristina Pereira	Resolução Bancária	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Bancário e dos Seguros
59304	Suale Sussuarana Abdon de Brito	A influência romana na construção do atual sistema de proteção das mulheres	Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
40268	Susana Maria Viegas Alberto	O Erro nas Decisões Jurídicas Administrativas	Paulo Manuel Cunha Costa Otero	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
49983	Talita Alves Pereira Do Amaral	Arbitragem Internacional: a prova no procedimento arbitral	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional
58773	Tamires Freitas da Silva	Teletrabalho: Um estudo comparado do direito do Trabalho em Portugal, Espanha e Brasil	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
58806	Tamires Santos Nunes	Mediabilidade de Conflitos Tributários no Ordenamento Jurídico Português	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
58778	Tatiana Alves Costa e Silva	Questões actuais sobre tempo de trabalho	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
59205	Tatiana Coutinho Castelo Branco	A História Constitucional da Reeleição para Presidente da República no Brasil	Susana Antas Fernandes Videira Branco	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58804	Tatiana Souto Quirino	Políticas públicas brasileiras que objetivam a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana - conquistas e desafios	Nazaré Saldanha Povoas Costa Cabral	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2017-2018, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico 08 de maio 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58803	Telma Pigna Cul Embassá	Violência Doméstica no Direito da Guiné-Bissau : Um confronto com o Direito Português	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
57892	Tiago Dias Sobrinho	Estado Regulador e Telecomunicações: o Brasil sob uma Perspectiva Portuguesa	Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58729	Valéria De Souza Martins Braga	Gestão de risco no uso de pesticidas: uma análise a partir da regulamentação jurídica no Brasil e na União Europeia	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58798	Victor De Andrade Gurgel	A arbitrabilidade dos Direitos Intelectuais - Um estudo comparado do Direito Luso-Brasileiro	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional
58796	Victor Gustavo Rocha Nylander	Tributação ambiental brasileira e as políticas fiscais desenvolvimentistas sustentáveis na Amazônia paraense brasileira à luz da experiência europeia	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
58786	Vinicius Gonçalves São Mateus	A jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos no domínio da liberdade de expressão e sua influência nos Tribunais Constitucionais	Ana Maria Guerra Martins	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
59306	Vinicius Lopes Mayer	A Publicidade Comparativa em Portugal e no Brasil	Luis Manuel Teles Menezes Leitão	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
58734	Vinicius Silva do Lameiro	Estudos Críticos sobre Interpretação Constitucional: A Impossibilidade de Aplicação Casuística de uma Metodologia	Luis Miguel Prieto Nogueira Brito	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
58795	Vítor Amaral Avelar de Macau Furtado	Regulação dos Meios de Comunicação e o Exercício Informal do Poder Constituinte Derivado: análise do cenário luso-brasileiro	Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
59271	Wellington Lemos Moreira	A História do Direito do Trabalho em Portugal e Brasil (do final do século XIX à década de 1970)	Ana Margarida Pires Seixas	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
58792	Yasmin Pelisson Dembiski Bueno	O Direito Intelectual na Indústria Fashion: Proteção da Marca e do Design	Luis Manuel Teles Menezes Leitão	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual

Versão do documento: 06-05-2019 MN



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CEPG | Relatório Defesas de Mestrado e Mestrados Extintos

Quadro 1 – Comparativo entre o número de defesas de mestrado agendadas por mês, nos anos de 2018 e 2019.

Mês Agendamento	Ano		Total Geral
	2018	2019	
jan	26	29	55
fev	14	24	38
mar	22	22	44
abr	20	13	33
mai	20	20	40
jun	28	6	34
jul	49		49
set	18		18
out	36		36
nov	51		51
dez	64		64
Total Geral	348	114	462

Fonte: Fénix, 06.05.2019

Quadro 2 - Número de Dissertações de Mestrado, por estado atual e data de extinção de ciclo de estudos.

Estado Atual	Data Extinção do Mestrado		Total Geral
	Curso Extinto a 31-12-2018	Curso Extinto a 31-12-2019	
Data limite de Entrega/Prorrogação a decorrer	54	14	68
Dissertação em reformulação	11	5	16
Júri Constituído. Prova Por Agendar	41	25	66
Total Geral	106	44	150

Fonte: Fénix, 06.05.2019



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- Alteração de Título da Tese e de Orientador.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Proposto
Alcino Miguel Saturnino Antunes dos Remédios Furtado (ALUNO Nº 27376)	18.03.2019	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- POLÍTICAS	<i>NOVAS DIMENSÕES DO DIREITO FUNDAMENTAL AO DESPORTO</i>	Prof. ^a Doutora Ana Maria Guerra Martins



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Doc. 13

Divisão Académica

-PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

DOUTORANDO	ESPECIALIDADE	DATA DO REQUERIMENTO	PRAZO DE ENTREGA DA TESE	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	CONCORDÂNCIA DO PROFESSOR ORIENTADOR
José Augusto Nogueira Sarmento N.º 12345786	Ciências Jurídico-Criminais	18/04/2019	12/05/2019	12/05/2020	Sim
Charles Emil Machado Martins N.º 25206	Ciências Jurídico-Criminais	28/05/2019	12/05/2019	12/05/2020	Não
Heráclito Demóstenes Albino Pedro N.º 12345938	Ciências Jurídico-Civis	03/05/2019	12/05/2019	12/05/2020	Sim
Jorge André Nunes Barbosa da Veiga Testos N.º 14185	Ciências Histórico-Jurídicas	06/05/2019	12/05/2019	12/05/2020	Sim



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Doc.14

Divisão Académica

-PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

DOUTORANDO	ESPECIALIDADE	DATA DO REQUERIMENTO	PRAZO DE ENTREGA DA TESE	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	CONCORDÂNCIA DO PROFESSOR ORIENTADOR
João Manuel Gouveia de Caires N.º 6448	Ciências Jurídico-Criminais	24/04/2019	12/05/2019	12/05/2020	Sim
Vânia Esteves Costa Henriques Ramos N.º 11985	Ciências Jurídico-Criminais	06/05/2019	12/05/2019	12/05/2020	Não
José Anchieta da Silva N.º 12345779	Ciências Jurídico-Empresariais	06/05/2019	12/05/2019	12/05/2020	Sim



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p>Rogério Telles Correia das Neves (Aluno nº 25609) Entrega da tese de doutoramento em 21/02/2019</p>	<p>“Crises Económicas: Um contributo da Análise Económica Comportamental”</p>	<p>Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira</p>	<p>Prof. Doutor José Reis, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra Prof. Doutor José Manuel Santos Quelhas, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Prof. Doutor Fernando Araújo, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Prof. Doutor José Renato Gonçalves, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE) - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Proposto	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Ana Cláudia Redecker (ALUNO Nº 5080004)	02.04.2019	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	<i>“Análise Económica da Recuperação de Empresas”.</i>	Prof. Doutor Fernando Araújo.	<p>Equivalência ao Grau de Mestre em Ciências Jurídicas pela FDUL, com a classificação de 16 (dezasseis) valores, por possuir o grau de Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.</p> <p>Fase Escolar do Curso de Doutoramento em Direito – Área de Ciências Jurídico-Económicas, na FDUL em 21.03.2007, com a classificação de 17 (dezassete) valores.</p> <p>Admitida à fase de preparação da tese de doutoramento, em 2007, com o mesmo orientador e com o título “TEORIA ECONÓMICA DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS”, tendo deixado terminar os prazos.</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- Constituição de Júri de Pós-Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador	Título	Data de Entrega	Júri
61506 - RONALDO CHADID	Especialidade em Ciências Histórico-Jurídicas	Eduardo Vera-Cruz	Elementos Histórico-Jurídicos da Garantia de Concretização dos Direitos Humanos pela Função Social do Tribunal de Contas do Brasil na Avaliação/Fiscalização da Efetividade das Normas de Gestão Pública	21/03/2019	Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto Prof. ^a Doutora Ana Maria Guerra Martins Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas Prof. Doutor José Sebastião de Oliveira